



**Universidade de Brasília – UnB**  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Filosofia

Monografia de graduação em Filosofia - Bacharelado

GUSTAVO HENRIQUE AMORIM RAMOS

**A COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA ATRAVÉS DA ÉTICA  
DE FEUERBACH**

Como o instinto de felicidade reage diante da negação das  
necessidades básicas.

Brasília - DF  
2018

GUSTAVO HENRIQUE AMORIM RAMOS

**A COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA ATRAVÉS DA ÉTICA  
DE FEUERBACH**

Como o instinto de felicidade reage diante da negação das  
necessidades básicas.

Monografia final, apresentado a  
Universidade de Brasília, como parte  
das exigências para a obtenção do  
título de Filosofia - Bacharelado.

Orientador:  
Prof. Dr. Marcio Gimenes de Paula

GUSTAVO HENRIQUE AMORIM RAMOS

## **A COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA ATRAVÉS DA ÉTICA DE FEUERBACH**

Como o instinto de felicidade reage diante da negação das  
necessidades básicas.

Monografia final, apresentado a  
Universidade de Brasília, como parte  
das exigências para a obtenção do  
título de Filosofia - Bacharelado.

Brasília (DF), \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof. Dr. Marcio Gimenes de Paula**  
Professor-orientador  
Instituição: UnB - Universidade de Brasília  
Campus Darcy Ribeiro

---

**Prof. M.e Felipe Assunção Martins**  
Professor-analisador  
Instituição: Universidade Federal de Goiás  
Campus Cidade de Goiás

## Agradecimentos

Em primeiro lugar à minha mulher Rosângela pela paciência, pela ajuda nas traduções do italiano, pelo suporte emocional e por uma longa lista de outros apoios que seguiriam indefinidamente os já citados.

Ao meu filho Marcus Vinícius, pela compreensão nas horas de dificuldades, pela grande amizade e pela empatia de quem também está concluindo uma graduação nesse semestre.

À minha irmã Maria Rita e sua família, pois foi em uma conversa na varanda de sua casa que essa ideia surgiu pela primeira vez como tentativa de compreender o problema da violência, vindo essa ideia a se transformar na semente desse trabalho.

Aos meus gatos Nietzsche e Bethe pela companhia durante as longas horas de elaboração desse trabalho e pela técnica de redução do estresse de que se valeram, que foi bastante eficiente.

Aos colegas de curso pela grande troca de experiências, pelo espírito de equipe nos trabalhos conjuntos, pelos alertas, pelas trocas de informações e por um convívio sempre cordial e colaborativo. Conviver com pessoas das mais diversas idades, experiências, crenças e valores foi um aprendizado de um valor enorme.

Aos professores do curso, que em sua diversidade de estilos me mostraram as diversas facetas da Filosofia, as suas grandes possibilidades e me conduziram por essa grande aventura de conhecimento que participei nesses últimos anos.

Por fim, agradeço ao meu orientador, o professor Márcio Gimenes de Paula, por ter encontrado nele talvez as principais virtudes de um educador, ou seja, a habilidade de respeitar o meu espaço criativo, de inspirar sem impor ideias, de saber sugerir respeitando as escolhas do aluno, de apresentar novas fontes de pesquisa, de transmitir sua experiência com clareza e, sobretudo, fazer isso tudo com bom humor e grande habilidade interpessoal.

## RESUMO

A questão da violência tem sido uma preocupação constante em nossa sociedade a ponto de, em muitos momentos, ser um fator decisivo na escolha de nossos governantes. O senso comum tem escolhido o punitivismo como solução imediata para o combate à violência sem que se faça uma discussão mais ampla sobre a sua gênese. Parece que a maioria das pessoas consideram as escolhas pessoais como atos volitivos baseados apenas no livre arbítrio e como se sempre fossem possíveis escolhas melhores. Esse trabalho procurou na obra de Feuerbach razões mais naturais e instintivas para justificar o comportamento humano, em especial o instinto de felicidade defendido pelo autor. Conceitos como vontade, liberdade, necessidade e as bases da ética de Feuerbach foram fundamentais para essa reflexão, bem como as discussões sobre apego a objetos, atendimento de necessidades básicas, moralidade e falta de empatia da sociedade. Fatores que se mostraram relevantes para a formação das conclusões dessa monografia. É fundamental compreender o ser humano sem filtros religiosos, preconceitos sociais e morais. A filosofia de Feuerbach se alicerça em bases naturais, onde nossos instintos são analisados como fonte básica de nossas decisões, e que nem a racionalidade e a moralidade humana conseguem eliminar suas influências. A proposta dessa monografia é a de lançar luzes sobre uma nova perspectiva de compreensão da violência e não a de apresentar propostas concretas para o seu enfrentamento.

**Palavras-chave:** Filosofia; Feuerbach; instinto; felicidade; moral; violência; necessidade; vontade.

## ABSTRACT

The violence issue has been a constant **concern** in our society to the point of, at many moments, being a decisive factor in the choice of our rulers. Common sense has chosen punitivism as an immediate solution to combat violence without a broader discussion of its genesis. It seems that most people regard personal choices as volitional acts based only on free will and as if there were always possible better choices. This work sought in Feuerbach's work more natural and instinctive reasons to justify human behavior, especially the instinct of happiness defended by the author. Concepts such as will, freedom, necessity, and the bases of Feuerbach's ethics were central to this reflection, as well as discussions about attachment to objects, meeting basic needs, morality, and lack of empathy in society. Factors that were relevant for the formation of the conclusions of this monograph. It is fundamental to understand the human being without religious filters, social or moral prejudices. Feuerbach's philosophy is based on natural bases, where our instincts are analyzed as the basic source of our decisions, and that neither human rationality nor morality can eliminate their influences. The proposal of this monograph is to shed light on a new perspective of understanding violence and not to present concrete proposals for its confrontation.

**Keywords:** Philosophy; Feuerbach; instinct; happiness; moral; violence; need; will.



*Ludwig Andreas Feuerbach*

*"A situação material em que o homem vive, é o que o cria."*

*"Obedece aos sentidos! Onde começam os sentidos cessam a religião e a filosofia, mas em compensação a verdade simples e nua te é dada."*

*"Para a teologia, apenas o que é sagrado é verdadeiro, enquanto que para a filosofia, somente o que é verdadeiro é sagrado."*

*"A moralidade que não visa a felicidade é uma palavra desprovida de significado."*

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>9</b>
1.1 Contextualização.....	9
1.2 Objetivos .....	10
1.3 Justificativa .....	10
<b>2. Revisão teórica sobre a ética de Feuerbach .....</b>	<b>11</b>
2.1 Conceitos básicos sobre a ética de Feuerbach.....	11
2.1.1 Instinto de Felicidade .....	11
2.1.2 Vontade .....	17
2.1.3 Liberdade.....	20
2.1.4 Necessidade .....	22
2.2 Fundamentos da moral feuerbachiana .....	23
<b>3. Desenvolvimento da temática do trabalho.....</b>	<b>29</b>
3.1 A importância do objeto como direcionador da vontade.....	29
3.2 As necessidades básicas como prioridade do Instinto de Felicidade .....	33
3.3 O conflito entre a moralidade e o atendimento das necessidades básicas.....	35
3.4 A falta de empatia no julgamento ao próximo .....	38
<b>4. Conclusão .....</b>	<b>40</b>
<b>5. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>47</b>



## 1. Introdução

### 1.1 Contextualização

Há no mundo contemporâneo uma crescente preocupação com o aumento da criminalidade e a reação da maioria da sociedade demonstra falta de empatia e, principalmente, uma reflexão muito rasa sobre as origens desse comportamento. Apenas julgar eticamente esse fenômeno revela uma preocupação mais punitiva do que buscando os benefícios de uma compreensão mais ampla do fenômeno. Valores éticos, aumento da violência, egoísmo, dentre outros problemas parecem povoar as preocupações de entidades religiosas, sociólogos, psicanalistas, assistentes sociais, sistema penal e governos em geral. Há um sentimento comum de que a humanidade cada vez mais está se desconectando das regras básicas de convivência em sociedade.

O aumento da criminalidade tem assombrado governantes, legisladores, juristas e profissionais do sistema penitenciário, pois sinaliza para um cenário caótico e sem perspectivas de reversão se não for atacado em suas reais causas. Nos países do chamado terceiro mundo essa situação é muito mais crítica.

Essa questão é muito complexa e aponta para diagnósticos que requerem a atuação em inúmeras áreas de ação, mas esse trabalho não tem a pretensão de propor soluções integrais para essas questões, e sim buscar uma maior compreensão nas conexões e explicações para o problema na ética de Ludwig Andreas Feuerbach, um filósofo alemão que viveu no século XIX.

Feuerbach defendia que o ser humano era regido, em suas manifestações volitivas, pelo que ela denominou “Instinto de Felicidade”. A trajetória desse trabalho começa com uma aparente contradição que se apresenta entre o vocábulo “felicidade” e um problema que aparentemente se apresenta como o resultado de muita infelicidade, a gênese da violência. Como então poderia o instinto de felicidade ser o motor de ações tão degradantes e contrárias aos valores morais e normas de convivência estabelecidos durante um processo civilizatório que percorreu milhares de anos.

A ética de Feuerbach é focada em critérios naturais e humanos. Para ele as atitudes humanas são geradas a partir de um instinto básico, o da felicidade. Dentro dessa perspectiva, buscaremos apresentar um critério de julgamento alternativo ao do senso comum para os desvios de comportamento, de forma a entender o homem como o resultado evolutivo de um animal no qual a racionalidade o diferencia dos demais.

Inicialmente iremos fazer uma revisão teórica dos conceitos básicos da filosofia de Feuerbach relativos a esse tema, de forma a podermos desdobrar melhor as conexões que se pretende utilizar para enriquecer a discussão dessa temática.

## **1.2 Objetivos**

Esse trabalho não se propõe a nenhuma pesquisa de campo ou coleta de dados estatísticos sobre a questão da violência, pois já considero suficientemente evidente para qualquer cidadão que esteja atualizado sobre essa questão, mas sim focar no entendimento filosófico das volições humanas, e em possíveis explicações sobre sua gênese e consequência no comportamento social do homem.

## **1.3 Justificativa**

Buscar uma reflexão filosófica sobre as origens da violência e da criminalidade, baseada nos fundamentos da ética de Feuerbach, e com isso trazer luzes para uma reflexão que possam agregar pontos não observados pelo senso comum. Que possamos contribuir para estabelecer uma perspectiva de análise onde se possa justificar o que atribuímos como maldade e violência a fatores mais naturais e não a justificações metafísicas. Ver o homem mais como fruto do meio e com reações instintivas do que um ser previamente determinado. Um homem que exerce a sua liberdade e molda sua moral diante de uma realidade concreta.

Não há pretensão de esgotamento da temática, mas sim a busca de conceitos do pensamento de Feuerbach que possam iluminar um pouco mais a discussão.

## 2. Revisão teórica sobre a ética de Feuerbach

Feuerbach é um pensador que se situa entre o Idealismo Alemão e o materialismo histórico. É fruto de seu tempo, pois tem a seu favor os ventos do modernismo que lhe permitem produzir pensamentos com maior independência. Mesmo com formação em teologia, o conjunto de sua obra é muito crítica ao cristianismo e as demais religiões como um todo, mas os principais textos analisados nesse trabalho se referem às obras de sua maturidade, onde esse aspecto já não tem tanta relevância. Ele se coloca como um pensador humanista e suas opiniões transitam muito por uma visão antropológica como origem das religiões. Sua obra foi influenciada por Hegel e sua obra filosófica influenciou Karl Marx.

Tomo como base para essa revisão teórica o último trabalho de Feuerbach, composto em 1868 e publicado postumamente sob o título *Zur Moralphilosophie*, e que foi composto por Ferruccio Andolfi, sob o título de *Etica e Felicità*, e recebeu uma tradução italiana de Barbara Bacchi. Nesse texto, Feuerbach segue uma abordagem mais tradicional e argumentativa, explorando o tema ético fundado sobre o instinto de felicidade. Ele explora de forma metódica todas as implicações que ele acredita estarem fundadas nesse aspecto de forma a levar o homem na direção da eudaimonia.

Também foi fundamental a obra “Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade”, de Rafael Werner Lopes, baseada em sua tese de doutorado na PUC-RS e que também utilizei como base conceitual desse trabalho.

Outras obras também foram utilizadas e estão citadas no texto a sua respectiva referência bibliográfica.

### 2.1 Conceitos básicos sobre a ética de Feuerbach

#### 2.1.1 Instinto de Felicidade

O instinto de felicidade é um conceito chave para a ética feuerbachiana, pois ele tem uma visão eudaimonística do homem. Feuerbach considera a felicidade o objetivo maior do ser humano, mas nessa busca ele apresenta um viés diferente daqueles que buscavam apenas o prazer como fuga do sofrimento, ou que acrescentavam a busca de equilíbrio e serenidade como forma de aplacar o sofrimento.

A vida tem a sua tradução moral como felicidade e a alegria tem que ser considerada como a condição primária de um ser que se realiza na expansão. A tristeza que comprime, e no seu extremo a dor, a absoluta ausência de alteridade e relação, gerando bloqueio e, no limite, o vazio da vida. Contrariando as morais da renúncia, o sacrifício acontece em momentos

excepcionais ou como opção voluntária, não podendo ser colocado como obrigação, norma ou valor moral. <sup>1</sup>

Com uma visão claramente naturalista e antropológica, Feuerbach começa a definir seu conceito de Instinto de Felicidade como uma ambição natural do homem, que busca de forma simples e direta conciliar a sua sobrevivência com um mínimo de prazer e realização. Sua proposta não abarca pretensões metafísicas, culpas, busca de perfeição ou ideais que não encontrem espelho na natureza.

O que vive, ama, mesmo que apenas ele mesmo, sua própria vida; quer viver, porque ele vive, existe, porque ele é; mas, claro, estar bem, ser saudável, feliz: uma vez que apenas uma existência feliz é a existência na perspectiva de um ser vivo, consciente, desejoso, é a existência desejada e amada. O que ele quer é que - a menos que entre a vontade e o objeto da vontade não se interponha, como acontece no homem, ilusão, decepção, erro e todo tipo de absurdo - ele quer apenas o que é útil, bom, saudável, que o faz bem e não mal, o que mantém e promove a sua vida, em vez de prejudicá-lo ou destruí-lo, o que está em conformidade com e não ao contrário dos seus sentidos, em suma o que o faz feliz, ao invés de infeliz ou miserável. <sup>2</sup>

Sua lógica é objetiva e direta, tentando de forma mais simples e natural ligar o instinto às vontades do indivíduo, pois a racionalidade pode até acrescentar complexidade e desvios de rota a nossos desejos, mas o instinto é objetivo e nos acompanha ao longo da evolução de modo a conduzir com sucesso a nossa estratégia de sobrevivência muito antes de nos influenciarmos pela metafísica.

Todo instinto é um instinto de felicidade, no homem, como em qualquer outro ser senciente, e pode, portanto, dominá-lo de tal forma que a satisfação dele vale para ele como a única ou toda a felicidade; pois todo objeto que ele deseja, para o qual experimenta um impulso, é, na medida em que satisfaz esse impulso e acalma o desejo pelo objeto, capaz de fazê-lo feliz, e somente por essa qualidade ser querido e desejado. <sup>3</sup>

Feuerbach cita pensadores que também suportam uma busca metafísica da felicidade. Ele não parece desprezar o pensamento abstrato, mas quer separar a busca da felicidade da busca do conhecimento, e não fazer com que nessa jornada se estabeleça como meta algo desconectado da realidade, que não fiquemos fascinados com o canto da sereia e troquemos a nossa felicidade por crenças impossíveis de serem confirmadas como verdadeiras. Ele aposta que o conhecimento baseado na realidade palpável é o caminho mais curto para satisfazer os anseios do instinto de felicidade.

Somente os grandes filósofos especulativos alemães chegaram a uma vontade distinta, de fato independente do instinto de felicidade, uma vontade - *horribile dictu* (Horrível de se dizer) - abstrata, que é uma pura realidade de

1 SERRÃO, Adriana. Feuerbach e a apoteose da vida. In: Homem e natureza em Ludwig Feuerbach, org. Eduardo F. Chagas, Deyve Redyson e Márcio Gimenes de Paula. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p.28.

2 FEUERBACH, Ludwig. *Ética e Felicidade*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.11.

3 *Ibid*, p.12.

pensamento; com Kant, eles se afastaram dessa ideia - na verdade apenas aparentemente - a teologia, ou a metafísica em geral, da assim chamada razão teórica, mas eles a transpuseram em compensação na vontade, reduzindo assim a vontade a uma essência da metafísica, a uma coisa em si, a um *noumenon*; eles identificaram a vontade, o oposto do pensamento - já que mesmo quando a vontade faz pensamentos, ela realmente quer o oposto do pensamento puro, que os pensamentos são reais, sensíveis e não puramente pensados. - o oposto do pensamento, portanto, eu o repito, com o pensamento, e além disso - como em Hegel que completa a filosofia especulativa - com um pensamento que supostamente não pressupõe nada, que abstrai tudo, "absoluto", isto é, desprovido de objeto, de fato, com o próprio Absoluto", com infinito senso de limite, com abstração ou universalidade absoluta".<sup>4</sup>

Feuerbach não pretende ignorar o supranaturalismo e tentar afastá-lo totalmente de sua filosofia, apenas tenta colocá-lo, em sua lógica, como uma construção baseada na antropologia. Um exercício racional com amplas raízes culturais que continuam influenciando o pensamento atual, mas que segundo ele, se formou na mesma base material que sustenta sua lógica que também é baseada na antropologia. Ele considera fruto da criatividade humana a construção de crenças e filosofias, mas opta por uma interpretação mais naturalista. Assim, Feuerbach buscou na simplicidade do instinto, um alicerce baseado apenas na natureza e nos sentidos humanos.

A metafísica tradicional não será confrontada desde uma concepção materialista partidária ideologizante. As ideias metafísicas e teológicas de Deus, religião, imortalidade, dever e razão não são excluídas do pensamento feuerbachiano, pois ainda desempenham um importante papel na significação e na estrutura do sentido da vida humana. Esses conceitos aparecerão em sua obra como frutos e objetos do desejo natural do homem desde uma ideia orgânica e autorreferencializada. A tarefa feuerbachiana é apontar para a verdadeira origem desses sentimentos e conceitos, não mais metafísica, mas naturalmente.<sup>5</sup>

Em uma primeira abordagem podemos até associar o instinto de felicidade ao instinto de autopreservação, mas, em uma averiguação mais minuciosa, perceberemos que ele é muito mais complexo, podendo abranger cuidados com o próximo e, em determinadas circunstâncias, até justificar um suicídio como medida extrema.

O instinto de felicidade não é um instinto simples e particular que tenha, de qualquer forma, o objetivo de promover a vida. É verdade que, mesmo quando ele nega a vida, o homem age no instinto da felicidade. O suicídio não quer a morte porque é mal, mas porque é, ou pelo menos ele a representa como o fim de seus males e sua infelicidade.<sup>6</sup>

A felicidade, ao passar de instinto a objeto moral, tem sua primeira afirmação em relação à preservação do indivíduo, mas, paulatinamente, vai se ampliando de um plano egocêntrico para um horizonte comunitário. A

4 FEUERBACH, Ludwig. *Ética e Felicidade*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.15.

5 LOPES, Rafael Werner. *Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade*. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.34.

6 FEUERBACH, Ludwig. *Ética e Felicidade*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.112.

felicidade do eu tem sua condição na afirmação e reconhecimento do instinto de felicidade dos outros. Assim, a felicidade é bilateral.<sup>7</sup>

Não considero essa visão de Feuerbach como uma negação das visões metafísicas sobre a moral, mas uma tentativa de encontrar um caminho mais natural, uma explicação mais palpável e antropológica.

Pelo contrário, o primeiro passo de redução da metafísica à antropologia significará também o primeiro passo na busca de recolocação do elemento material, natural e antropológico como objeto central de investigações e como finalidade máxima da filosofia. Assim, “Não há nada mais insensato que atribuir ao homem uma necessidade metafísica independente do instinto de felicidade e fazer disso o fundamento e essência da religião” [...] <sup>8</sup>

Na mesma linha de pensamento, Feuerbach não considera o mal uma consequência de punições ditadas por entidades supranaturalistas, mas sim o confronto entre o bem viver e fatores que impedem a felicidade, e a vontade é a tradução do nosso instinto de felicidade, pensado, racionalizado e transformado em ação transformadora voltada à restauração do bem-estar.

O próprio sobrenaturalista moral admite que ele pode ser moral ou pelo menos agir moralmente, não por dever, mas por inclinação, por impulso ético - daí não pela vontade moral. "Preservar a vida é um dever, e cada um tem uma inclinação imediata para isso. Mas a maioria das pessoas mantém sua vida segura de acordo com o dever, mas não com o dever ... Ser benéfico onde se pode é dever; e há também algumas almas tão de acordo com o tom de simpatia, que mesmo sem motivo de vaidade ou interesse, sentem uma íntima satisfação interior na alegria difusa que as rodeia ... Mas no máximo falta a capacidade moral, isto é, a capacidade de realizar tais ações não partindo da inclinação, mas do dever" (Kant, *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, Rosenkranz-Ausgb., p. 17 e ss.). <sup>9</sup>

Mal e sofrimento aparecem como aquilo que nega o instinto e sua permanência. Como afirma o filósofo, o querer “não é nada mais que querer o fim de uma contrariedade, de um mal; onde não há mal não há vontade...”. Assim, “...querer significa não querer sofrer...”, ou querer é querer “...o não ser do meu não ser...”. A felicidade será compreendida como bem-estar do indivíduo. E assim, “só o bem-estar é ser, verdadeiro ser”. <sup>10</sup>

Numa concepção não metafísica, conforme aparece em Feuerbach, um ideal de felicidade ou *bem viver* será sobrepujado por uma concepção naturalizada como determinação original e fundante, em única e constante direção, cega e inconsciente. Isto equivale a dizer que a fundamentação antropológica feuerbachiana não se firmará numa capacidade de autodeterminação humana desde um elemento racional e incondicionado, mas simplesmente desde uma

7 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.175.

8 Ibidem, p.69.

9 FEUERBACH, Ludwig, *Ética e Felicidade*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.103.

10 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.72.

força natural e independente do homem. E é nisto que reside a diferença entre a concepção feuerbachiana e a tradição metafísica.<sup>11</sup>

O instinto de felicidade é uma força originária, determinante, mas que no homem pode ser intermediada pela razão, confrontada com a cultura em que se vive, com as crenças locais, e ponderada como conveniência social se transformando no que conhecemos por moral. A moral não é determinante, pois ela pode nos conduzir, em um primeiro momento, mas certamente criará conflitos com o instinto de felicidade acarretando uma reação futura, ou mesmo a negação da felicidade, nos impedindo de ter uma realização de vida plena. Negar o instinto de felicidade não é vencê-lo, mas vencer o próprio homem.

A concepção feuerbachiana de felicidade aparece primeiramente como característica do instinto original, ou seja, em sua forma inconsciente, para, paulatinamente, surgir como objeto da moral. Na base da sensibilidade, o instinto de felicidade aparece como fundamento antropológico da moralidade. Quando ela surge como objeto da moral, amplia-se de sua base instintiva para objeto consciente da moral. Em contraposição à concepção clássica, a felicidade não aparecerá como estímulo ou motivo da ação moral. Para que determine a ação humana, não necessita da intervenção da faculdade da razão. A razão assume um papel importante apenas quando compreendida dentro do campo moral, pois não pode julgar seu fundamento antropológico ou mesmo modificá-lo. O instinto de felicidade é força natural, geradora de todo agir. A felicidade não está num topos, num lugar para onde caminham os seres, mas é pressuposição de toda ação, consciente ou inconsciente. A felicidade não está para o ser desde uma livre eleição, mas o ser está para a felicidade desde uma determinação original. Para que a moral feuerbachiana torne-se compreensível, é necessário naturalizar a concepção de felicidade.<sup>12</sup>

É importante também diferenciar felicidade de prazer, pois não são necessariamente a mesma coisa. A busca da felicidade é um território muito mais amplo e complexo.

O processo de naturalização da felicidade exige o estabelecimento de uma relação com as ideias de prazer e bem-estar, pois fundamental é apresentar uma concepção não metafísica de felicidade, ao mesmo tempo em que se deverá evitar uma concepção hedonista.<sup>13</sup>

É possível que se dê a ligação entre prazer e felicidade apenas de forma não necessária e acidental. O prazer é condição necessária para a perpetuação do instinto de felicidade como força atuante nos seres vivos, mas daí não segue uma necessidade da razão, pois o instinto, por ser inconsciente, pode aparecer à consciência como negação do prazer. O instinto de felicidade pode determinar a vontade a dirigir-se para objetos que contradizem e negam a vida e sua preservação, mas isso acontece por equívoco da própria razão e não pode ser interpretado como a possibilidade de autodeterminação do homem em relação a seu instinto elementar. Assim, Feuerbach afirma a

---

11 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.128.

12 Ibidem, p.129.

13 Ibidem, p.129.

possibilidade de o instinto de felicidade, em sua busca por autoconservação, ver equivocadamente a felicidade no sofrimento, na negação da vida. Então, o instinto de felicidade pode dirigir a vida autodegenerativamente, uma vez que é inconsciente em sua inclinação e determinação. Mas a consciência tem a função de mostrar como é possível que tal instinto se mantenha ativo a partir da afirmação daquilo que preserva a vida, ou seja, a partir do prazer. A moral será constituída de acordo com a antropologia, uma vez que é tendência antropológica a felicidade compreendida como prazer.<sup>14</sup>

Em seus escritos, Feuerbach utiliza os conceitos de felicidade, prazer e bem-estar de forma pouco diferenciada, como ressalta Rafael Werner Lopes. Entretanto, essa multiplicidade de referências diferentes ampliam a abrangência dos desejos relacionados ao instinto de felicidade, afastando-o da simplificação associada ao hedonismo.

O escrito *Zur Moralphilosophie* apresenta os conceitos de felicidade, prazer e bem-estar numa associação não muito definida, pois, ao mesmo tempo em que Feuerbach equipara os três conceitos, colocando-os também em unidade com o amor de si (*Selbstliebe*) para a construção da moral, é notável que o instinto de felicidade possa revelar-se como busca mesmo lá onde está dado o contrário do prazer, isto é, a dor e o sofrimento. Isso significa que o instinto de felicidade pode desenvolver-se, propriamente como aquilo que é, na dor ou sofrimento, sem haver confusão daquele conceito com a noção de prazer. Quer dizer que o sofrimento pode ser desejado em si mesmo, ou seja, não confundido com a ideia de prazer, mas compreendido simplesmente como sofrimento, e não deixar de ser movimento determinado pelo instinto de felicidade. Felicidade e prazer podem estar associados, mas tal associação revela a ausência de necessidade entre eles. Vontade e felicidade estão ligadas por necessidade, são inseparáveis, mas o mesmo não se revela entre felicidade e prazer. A felicidade tem sua expressão própria pelo prazer, mas, diferentemente deste, que tem seu fim em si mesmo, pode se revelar como busca até em condições contrárias ao prazer, a saber, no sofrimento.<sup>15</sup>

A felicidade é fruto de uma evolução e um correto direcionamento das nossas experiências sensoriais. Na medida que vivemos, estamos experimentando o mundo e formando um conjunto de vivências capazes de construir e dar sentido à vida. A nossa realização pessoal é o resultado do quanto conseguimos atender aos nossos instintos não focados apenas no prazer, mas em experiências significativas baseadas nos próprios desejos e na comunhão harmônica com a comunidade.

Quando a ideia de eudaimonia for desenvolvida, será tratada desde uma teoria abrangente, isto é, desde a compreensão de um instinto de felicidade que aparece primeiramente na experiência eudaimônica de caráter hedonista para, aos poucos, surgir como concepção de eudaimonia enquanto transcende o espaço fixo do prazer, que inicialmente exclui a dor, para considerar o todo da vida, lugar próprio para o julgamento da vida feliz, da vida bem-sucedida. É aí onde o instinto de felicidade passa de simples instinto ou direção fundamental para sua efetivação, ou concretização, no todo da vida, que será

14 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.133.

15 Ibidem, p.132.



bem-estar ou felicidade no sentido eudaimônico, que abrange não apenas experiências de prazer, mas também de dor.<sup>16</sup>

Mas o homem não é só movido pelos interesses próprios, ele demonstra que só pode ser feliz no ambiente social, e até demonstra vontades que contrariam o egoísmo, demonstrando que a felicidade só é plena quando compartilhada.

Os deveres para consigo mesmo têm um significado e um valor moral somente se forem reconhecidos como deveres indiretos para com os outros; se é reconhecido que eu, somente porque tenho deveres para com os outros - minha família, minha comunidade, meu povo, minha terra natal - eu também tenho deveres para comigo.<sup>17</sup>

Para Feuerbach, essa relação com o outro, identificada com o nosso instinto de felicidade, e movida pela boa vontade, se transforma em amor.

Segundo Feuerbach, o amor é boa vontade, "...é o instinto de felicidade do homem, mas que só se satisfaz na e por meio da satisfação do instinto de felicidade dos outros". O amor não consiste numa relação especial, espiritual ou metafísica, pois é também sensível e orgânico.<sup>18</sup>

### 2.1.2 Vontade

Para Feuerbach, a vontade surge de forma indireta, uma vez que o autor coloca o que ele chama de instinto de felicidade como o grande motor volitivo do homem. A vontade, segundo Feuerbach, é fruto direto do instinto de felicidade e indissociável dele.

De fato, querer e querer tornar-se feliz, isto é, querer ser, se considerarmos a determinação e manifestação natural original e genuína da vontade, é indissolavelmente, na verdade essencialmente a mesma coisa. Vontade é o desejo de felicidade.<sup>19</sup>

Portanto, para Feuerbach, a vontade é fruto do nosso instinto de felicidade. E decorre de complexos fatores que vão da mera subsistência, passando por desejos egoístas, mediados pela relação social e julgados pela consciência que tenta harmonizar os anseios internos com uma integração social plena e satisfatória.

A afirmação da base sensível e natural conduzirá ao reconhecimento da determinação natural no agir humano, o que aparentemente resolve a posição moral de Feuerbach num determinismo. O determinismo recusa, em essência, a possibilidade de uma ação livre como origem e ponto de partida na vontade humana, o que significa a recusa da liberdade da vontade. Entretanto, Feuerbach não nega a liberdade da vontade, apenas procura investigar como esse conceito aparece como pressuposto da moral e alvo do desejo humano. ... Conceitos como razão, lei e direito aparecem como determinados desde

16 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.137.

17 FEUERBACH, Ludwig, *Ética e Felicidade*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.65.

18 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.93.

19 FEUERBACH, Ludwig, *Ética e Felicidade*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.11.

baixo, isto é, desde a natureza, o que resultará numa posição diversa da tradição metafísica. [...].<sup>20</sup>

O desenvolvimento de temas como o cuidado, a compaixão, o amor ao outro, terá como pressuposto o amor de si do sujeito, a afirmação de si mesmo como condição de possibilidade da vida em comunidade. Esses elementos constituem a base de argumentos de uma forma de filosofar que se viu florescer de uma vontade de liberar o homem da angustiante ideia de dever ser e dos princípios abstratos e racionais da moral tradicional que estabeleceu uma ordem imperativa de cima para baixo, negando a natureza e o corpo como verdadeira fonte do agir moral. [...].<sup>21</sup>

Esse trecho deixa bem clara a vinculação entre a vontade e a liberdade, e o diferencia daqueles que criam motivações artificiais, dogmáticas e teológicas para direcionar a vida. Para ele a vontade deve ser o caminho para uma felicidade real, palpável e imediata. O homem não precisa que outro o diga o que fazer para ser feliz. Tudo o que precisa já está nele ou naquilo que o cerca.

A vontade não é livre, mas quer ser livre. Livre não no sentido de um "infinito" ou indefinição indeterminada, como aquele que atribui à nossa vontade nossos filósofos sobrenaturalistas e especulativos, no sentido de uma liberdade inexprimível e sem sentido, mas livre, *soltanto nel senso e in nome dell'istinto di felicità* (apenas no sentido e em nome do instinto de felicidade), livre do mal, seja o que for. Todo mal, todo impulso não realizado, todo desejo não realizado, todo desconforto, todo sentimento de privação, toda perda, é uma incapacidade ou uma negação, que desperta perturbação e emoção do instinto de felicidade inerente a todo ser vivo e sensível, enquanto a afirmação do instinto de felicidade, que se opõe e reage conscientemente a essa negação, é e se chama vontade. "A vontade sem liberdade é uma palavra vazia", diz Hegel. Mas uma palavra vazia e sem sentido é acima de tudo liberdade sem felicidade, a liberdade que não se liberta dos males da vida, daqueles que podem ser eliminados, queremos dizer, e vamos subsistir, sem combatê-los, os mais sérios inconvenientes, como a liberdade especulativa dos alemães, para ser sentido como não sendo, sua ausência não é um mal, nem sendo, por outro lado, um bem. Onde o mal não é mais percebido como mal, nem a opressão do despotismo, de qualquer espécie que seja, como uma opressão, até mesmo a libertação do mal e da opressão não é mais sentida e desejada como felicidade; mas quando um ser deixa de desejar a felicidade, deixa de querer em sentido absoluto, cai na misericórdia da estupidez e da obtusidade.<sup>22</sup>

Para Feuerbach, a vontade funciona como um interlocutor racional do instinto de felicidade. Ela não tem nenhum poder, mas abriga no pensamento a força instintiva que move o homem em direção à sua autorrealização. A vontade não determina o homem, não é uma força metafísica que nos influencia, mas nossos sentidos tentando achar o melhor caminho para a vida plena. É a busca da felicidade que determina a vontade, e não o contrário. É o homem priorizando o bem-estar e o amor próprio.

20 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.24.

21 Ibidem. p.24.

22 FEUERBACH, Ludwig, *Ética e Felicità*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.13.

A vontade não pode ser considerada como característica de um ser racional, mas, pelo contrário, deve ser considerada como genuína expressão da ligação do universo interior, que forma a singularidade do sujeito, com o mundo exterior, que determina o sujeito e está na base da capacidade de compreensão do indivíduo como ser único e moral.<sup>23</sup>

O instinto de felicidade é fundamento da vontade, e a partir disso surge a capacidade intelectual de estabelecimento de diferenças entre os objetos e o eu. A vontade não pode estar fundada no vazio metafísico, pois sua essência e fundamento consistem no elemento sensível, natural, no instinto de felicidade. Em clara oposição às concepções de vontade em Kant e Schopenhauer, a vontade não pode ser compreendida como um “...querer que quer o nada”. O instinto é a condição do pensamento e da moral, pois onde não há instinto de felicidade, não há vontade.<sup>24</sup>

Mesmo que de forma intermediada, a vontade está intimamente ligada às nossas necessidades, pois a ela move o instinto, que por sua vez se transforma em vontade em nosso pensamento. É o mecanismo racional que faz o homem perceber que está cuidando de si e desenvolvendo amor próprio.

O querer in abstracto é “um absurdo”. O querer humano é natural e sensível, e sua expressão se dá pelo amor. O amor é a afirmação de si mesmo que inicia através da negação daquilo que nega a vida do indivíduo, daquilo que o faz sofrer. O amor aparecerá em Feuerbach em primeira instância por intermédio dos sentidos, inteiramente referido às experiências de cada indivíduo, isto é, egoisticamente.<sup>25</sup>

A expressão *volo, ergo cogito* já evidencia a ligação que a vontade tem com sua determinação no instinto e como este aparece à consciência e conduz o pensamento ou razão desde uma base natural e antropológica, o que garante estatuto material à racionalidade. O pensamento é derivação do material, e nessa derivação surgem também as concepções de lei e moral, que não podem estar em confronto com o instinto de felicidade. Assim, o instinto de felicidade é lei fundamental de todos os seres.<sup>26</sup>

Precisamos agora relacionar a vontade ao espaço da ética, pois nesse contexto se desenvolve essa peculiaridade humana. A racionalidade nos permite realizar construções lógicas baseadas nos impulsos que chegam dos nossos sentidos. Essas construções nem sempre possuem bases concretas, mas nos permitem ir além da realidade que se apresenta aos demais animais. Nossa capacidade de abstração vai além dos trilhos da natureza, e nesse devaneio somos capazes de imaginar situações originais que servirão de experimento para a construção do novo, da tecnologia, das mudanças sociais, da criação artística e até de construções metafísicas que nos auxiliam a aplacar nosso vazio existencial e enfrentar a crueza de certas situações, algo inacessível ao resto do reino animal. O desejo é exclusivo dos humanos.

---

23 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.223.

24 Ibidem. p.70.

25 Ibidem. p.82.

26 Ibidem. p.101.

Assim, a determinação natural ocupa o espaço de primazia ou fundamento do pensar e agir, enquanto a autodeterminação é compreendida no espaço de supremacia para o desenvolvimento das reflexões éticas.<sup>27</sup>

A diferença entre os animais e o homem reside em que os instintos naqueles conduzem as atividades de forma cega, sem ampliação ou desenvolvimento em desejos e pulsões conscientes.<sup>28</sup>

[...] como a condição do vir a ser de um não-ser, e é esta a definição do desejo: depois, como fim, o ainda não-ser de um ser. “O desejo é a expressão de uma falta, de uma limitação, de um nada, quer seja de um não-ser ou de um não-ter ou de um não-poder”. Porém a passividade e o sofrimento que nele se exponenciam, são produtores de realidade: “Só o desejo impele para o ser, o desejo não é mesmo senão a vontade de ser aquilo que não é.”<sup>29</sup>

O que precisa ficar claro é que a determinação parte dos instintos, mas se manifesta a través da vontade, que é validada, ou não, pela moral.

A vontade se expressa segundo os instintos, mas não através deles. Os instintos se realizam através da vontade, não o contrário.

Se o fundamento da moral é de caráter físico, sensível, não significa que não possa ser desenvolvido até níveis especiais do ser, em que passa de fundamento a objeto do querer e da reflexão filosófica.<sup>30</sup>

Em Feuerbach ela aparece em uma posição de determinação pelo instinto de felicidade. Mas o instinto de felicidade apenas pode emergir à consciência humana pelo movimento da vontade. Todo querer é querer um objeto determinado, que não se prende fixamente a apenas um, mas sim a múltiplos objetos, que mudam de acordo com o contexto e os desejos passageiros. Mas sempre que a vontade está direcionada a um objeto, ela apresenta a consciência do que quer exatamente.<sup>31</sup>

### 2.1.3 Liberdade

... A liberdade deverá ser compreendida enquanto força determinada a libertar o instinto de felicidade das possibilidades de sua negação. [...] <sup>32</sup>

A liberdade sofre limitações em seus extremos, pois não surge pela própria potência, uma vez que é que lhe dá origem apenas na forma de desafio. Se ela não surge sozinha, também não tem poderes ilimitados, pois é limitada pelas regras morais e legais. Nesse espaço restrito entre o impulso da vontade e as limitações impostas pela sociedade, a liberdade exerce suas possibilidades sob supervisão do pensamento e da racionalidade. Do confronto com esses limites, a moral se reinventa constantemente, se

<sup>27</sup> LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.109.

<sup>28</sup> Ibidem. p.116.

<sup>29</sup> FERREIRA, Manuel J. do Carmo. Feuerbach e a ética do futuro. In: O Homem Integral: Antropologia e Utopia em Ludwig Feuerbach: Actas - Simpósio Feuerbach, org. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Adriana Veríssimo Serrão (coordenadora). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001. p.98.

<sup>30</sup> LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.121.

<sup>31</sup> Ibidem p.142.

<sup>32</sup> Ibidem p.23.

adaptando às imposições da natureza, pois a moralidade, em última instância, também depende da satisfação dos desejos humanos.

A afirmação da base sensível e natural conduzirá ao reconhecimento da determinação natural no agir humano, o que aparentemente resolve a posição moral de Feuerbach num determinismo. O determinismo recusa, em essência, a possibilidade de uma ação livre como origem e ponto de partida na vontade humana, o que significa a recusa da liberdade da vontade. Entretanto, Feuerbach não nega a liberdade da vontade, apenas procura investigar como esse conceito aparece como pressuposto da moral e alvo do desejo humano. ... Conceitos como razão, lei e direito aparecem como determinados desde baixo, isto é, desde a natureza, o que resultará numa posição diversa da tradição metafísica. [...] <sup>33</sup>

Feuerbach entende que a vontade, embora tenha o pensamento como território de ação e a razão como possibilidade de avaliação e construção, sofre uma determinação total pelo instinto, pois sejam quais forem as ponderações e deliberações, as forças naturais serão soberanas em seu direcionamento.

No pensamento kantiano a vontade aparece, segundo Feuerbach, como um desejo racional. Mas essa concepção será reduzida de desejo racional a instinto cego, porque determinado pelo instinto de felicidade. A vontade é simples movimento do próprio instinto de felicidade que busca a si mesmo. Nisso consiste o fundamento do querer humano, mas ao homem será resguardada a capacidade de agir a partir dessas forças naturais que atuam sobre sua vida. A atuação a partir das forças inconscientes da natureza garante um fundamento natural e antropológico e, ao mesmo tempo, delimita o campo próprio da liberdade da vontade como tema da moral. <sup>34</sup>

Livre é o que está em acordo com a vontade, mas a vontade só é livre enquanto é determinada pelo instinto de felicidade. Assim, a liberdade não deve ser compreendida como um atributo da vontade, mas apenas enquanto é o instinto de felicidade livre de um mal ou obstáculo. <sup>35</sup>

Feuerbach diverge dos supranaturalistas que aceitam teses deterministas baseadas em especulações metafísicas. A questão principal não é contestá-los, mas buscar um espaço para a liberdade do agir humano, mesmo que impulsionado pela natureza. É uma resposta mais simples e natural que ainda tem como positivo uma perspectiva de autonomia, mesmo que com restrições, de se realizar uma trajetória de vida que dê ao homem a sensação de que está em suas mãos alguma possibilidade de determinação, mesmo que influenciada pelo meio onde se desenvolve. Uma liberdade ameaçada pelas consequências dos atos, mas não predeterminada por dogmas sob os quais deve se submeter.

Ao conceber a liberdade dentro da determinação natural, Feuerbach está posicionado diversamente das teorias deterministas, uma vez que essas não podem permitir a vontade livre no mundo natural. Se não possuíssemos ações

<sup>33</sup> LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.24.

<sup>34</sup> Ibidem p.65.

<sup>35</sup> Ibidem p.280.

livres, tampouco poderíamos possuir algo como a responsabilidade pelos atos que praticamos. Ao contrário da posição kantiana, Feuerbach reconhecerá a liberdade enquanto ligada a desejos e inclinações.<sup>36</sup>

Essa última citação abre caminho para uma questão de implicações muito amplas, capaz de afetar até nossas convicções sobre culpa e responsabilização, mas isso será abordado oportunamente.

#### 2.1.4 Necessidade

Nem mesmo uma vida limitada pela deficiência justifica o suicídio, pois muitos portadores desse tipo de limitação não optam por uma decisão tão radical. Isso demonstra que a felicidade, mesmo limitada, ainda justifica uma vida que vale a pena ser vivida. Mas há um limite para isso, pois quando se perde a cabeça, ou o coração, esse limite é quebrado, e nesse caso sua argumentação é simbólica e reforça a tese de que a felicidade é nosso grande objetivo. Quando nossos principais órgãos são comprometidos ela se torna inatingível. Esse limite, muitas vezes é o referencial que justifica o suicídio, mas nem sempre se recorre a uma solução tão extrema. Muitas vezes, a necessidade acaba comprometendo a virtude e o jogo limpo nas relações sociais. O constante enfrentamento com a infelicidade e a insatisfação com as necessidades mínimas nos levam a ficar inconformados com a injustiça e o desamparo social. Nossa integridade física ainda não é responsável pela desistência da luta, mas a falta de perspectivas de mudança no cenário, mesmo que não tão graves como a saúde ou comprometimento físico, pode nos levar ao desespero e nos impulsionar a atitudes que socialmente não são aceitáveis.

O que pertence à felicidade? Tudo o que pertence à vida; já que a vida é uma vida sem deficiências, saudável, normal e a felicidade é, em si e originalmente, uma coisa só. Todos os instintos, pelo menos os saudáveis, são, como dissemos, instintos de felicidade; todos os membros e órgãos da vida ou do corpo, pelo menos aqueles que são necessários e não supérfluos e inúteis, são órgãos de felicidade; mas eles não são todos de igual importância, de igual valor. Para uma felicidade perfeita e completa, é indubitavelmente necessário um corpo completo e perfeito; mas, mesmo assim, uma felicidade mutilada e aleijada ainda é felicidade. Não importa quão miserável e infeliz seja um ser vivente, enquanto ele viver e quiser viver, ainda não é completa e radicalmente miserável, *ipsum esse jucundum est* (o que é agradável), isto é, a mera existência ainda lhe agrada, embora existam infinitos elementos nessa existência que, para se sentir bem, eles não devem estar faltando; ainda arde, sob as cinzas, uma centelha do instinto de felicidade.<sup>37</sup>

É irracional imaginar que para se ser feliz basta querer, mas se acha natural imaginar que é possível ser virtuoso, diz Feuerbach. As condições para a felicidade não dependem apenas da nossa vontade, assim como a virtude depende do meio em que

<sup>36</sup> LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.276.

<sup>37</sup> FEUERBACH, Ludwig, *Ética e Felicidade*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.22.

estamos inseridos. A nossa felicidade depende de condições básicas como alimentação e um mínimo de conforto, assim como a nossa moralidade depende das mesmas condições para se desenvolver. Quando nos falta tudo, o instinto de felicidade nos impulsiona para a sobrevivência, e quando o que nos cerca nos impede de atingirmos nossos objetivos, as regras morais não podem ser respeitadas, pois é comum que os outros não percebam com clareza nossas necessidades nem mesmo quando damos sinal de que precisamos de ajuda.

Assim como a felicidade não depende apenas de mim, embora eu não tenha nem mesmo sido concedido sem minha participação e meu compromisso, também a moralidade depende não apenas de minha atividade voluntária, mas também de bens externos, da natureza, do corpo.<sup>38</sup>

Nesse contexto, Feuerbach coloca a satisfações das necessidades básicas como um pilar de sustentação da felicidade. Condições adversas, exclusão social, discriminação e tantos outros fatores que criam uma barreira entre o indivíduo e sua felicidade podem deflagrar reações instintivas que podem conduzir o homem a romper com as regras até então pactuadas como de interesse comum, como veremos adiante.

A felicidade (Glückseligkeit) [...] não é outro senão a condição saudável, normal de um ser, a condição de se encontrar ou de estar bem, aquela condição em que um ser pode satisfazer e satisfaz, sem qualquer impedimento, as necessidades ou impulsos pertencentes à sua essência, ou à sua vida característica individual. Quando um ser não pode satisfazer um impulso, seja qual for, porque se trata de um impulso que identifica e distingue da sua essência, fica insatisfeito, mal-humorado, triste [...] <sup>39</sup>

A necessidade para Feuerbach é tão importante, que afeta a própria liberdade do homem, como comenta Rafael Werner Lopes.

Quando Feuerbach introjeta a ideia de liberdade nos limites da necessidade, realiza, com isso, uma distinção dentro do próprio conceito de necessidade. Falará nas necessidades fundamentais e nas necessidades não fundamentais ou secundárias. Assim, apenas em situações insignificantes o homem pode ser livre, mas nunca o poderá ser quando estiverem em jogo os seus interesses.<sup>40</sup>

## 2.2 Fundamentos da moral feuerbachiana

A proposta moral de Feuerbach se coloca em um espectro diferente da moral tradicional, principalmente daqueles aos quais denomina “supranaturalistas”, ou seja, aqueles que colocam a fonte da ética na metafísica. Seja essa fonte a fé, ou mesmo em uma racionalidade que busca uma fundamentação na metafísica. Seu dualismo difere do

38 FEUERBACH, Ludwig. *Ética e Felicidade*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.59.

39 Ibidem. P.12.

40 LOPES, Rafael Werner. *Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade*. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.284.

tradicional, pois se funda na sensibilidade, e considera a alma como uma manifestação do corpo, e não algo imaterial, descolado do mundo físico.

A tradição dualista compreende a alma como uma essência incorpórea, sem lugar e espaço. Feuerbach inicia sua crítica mostrando a dependência humana em relação ao elemento sensível. A ligação entre alma e corpo sugere necessariamente que a alma está naturalmente em um lugar. A união entre corpo e alma deve sugerir uma mescla entre os dois, uma vez que entre eles há uma relação de interdependência. A ligação de corpo e alma significa a negação da incorporeidade da alma. Conforme argumenta Feuerbach, a alma é corpórea e ocupa lugar no tempo e no espaço. (LOPES, 2014, p.40.)<sup>41</sup>

Feuerbach não é um monista, mas tem um conceito de dualismo diferente daqueles filósofos supranaturalistas. Ele distingue o corpo do espírito, mas não separa a origem corpórea do segundo. Ele vincula a função do espírito ao órgão que o gera, pois se nele houver algum dano, imediatamente ele se refletirá no espírito.

Feuerbach recusa tal dualismo e inverte a moral clássica colocando como ponto fundamental da moralidade a natureza sensível e passional. A moralidade é, assim, determinada por uma força atuante externa, que é inconsciente, pré-moral e natural.<sup>42</sup>

Feuerbach não recusará a distinção entre corpo e espírito, mas a colocará em bases sensíveis e naturais. O erro fundamental das teorias dualistas consiste em estruturar suas concepções sem a anatomia do corpo. [...] assim, a alma depende do órgão, mas também o órgão depende da alma, isto é, depende de sua função. O órgão é a condição primeira da alma, pois se nele “[...] não há a justa forma e proporção, também a função ou a atividade não se exercita no modo devido”. [...] <sup>43</sup>

Feuerbach pensa a razão, não como uma fonte de liberdade, mas determinada pela natureza. Uma forma de sofisticação constituinte da liberdade, mas que é determinada em suas bases pela natureza, que influencia e limita pela sensibilidade o campo de ação do pensamento. A razão seria uma ferramenta que só funciona com fundamentos influenciados pela experiência sensorial, mesmo quando tenta produzir pensamentos no sentido contrário. Um cego pode imaginar a cor, mas o resultado de sua imaginação de alguma forma estará limitado a algo de sua experiência sensorial. Da mesma forma, temos dificuldades de conceber um ser alienígena, pois todas as formas que a nossa imaginação utiliza se inspira em alguma imagem real, provavelmente resultante de uma combinação de partes de animais que conhecemos, ou então em formas sintéticas baseadas na criatividade de cineastas.

A denegação dos sentidos é a fonte de toda a insanidade, malignidade e doença na vida humana; a afirmação dos sentidos, a fonte da saúde física, moral e teórica. A renúncia, a resignação, a ‘autonegação’, a abstração torna o homem sombrio, enfadado, sórdido, lascivo, receoso, mesquinho, invejoso, pérfido, malévolo, mas o prazer dos sentidos torna-o risonho,

41 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.40.

42 Ibidem p.103.

43 Ibidem p.49.



corajoso, nobre, aberto, comunicativo, participativo, livre, bom. Todos os homens são bons na alegria, maus na tristeza; mas a fonte da tristeza é, justamente, seja voluntária ou involuntariamente, a abstração dos sentidos.<sup>44</sup>

A recondução da filosofia à natureza permitirá o desenvolvimento da filosofia em uma concepção natural e antropológica. A moral será desenvolvida pela razão como uma espécie de especialização ou aperfeiçoamento da base instintiva orgânica, que se manterá como fundamento invariável das ações conscientes e inconscientes. A razão possui a função de desenvolver a moral no nível do pensamento e das relações humanas. A razão não possui capacidade para criar o universo do nada, pois não pode ser concebida como independente de estímulos naturais e sensíveis.<sup>45</sup>

A razão recebe dos sentidos as informações acerca das coisas que existem fora do sujeito do conhecimento. Os sentidos constituem o fundamento da vida, da individualidade e do pensamento. O pensamento, fundado nos sentidos, distingue o indivíduo da espécie.

Não só o pensamento está radicado nos sentidos, mas também o amor, pois este não pode ser concebido como algo fantástico, enquanto destituído de um objeto determinado. A individualidade pode ser confirmada, também, com a ideia de gosto, que sempre está referido ao sujeito individual e suas sensações sobre o mundo e as coisas.<sup>46</sup>

Adriana Serrão também interpreta de forma semelhante esse vínculo da possibilidade do pensar às sensações captadas pela nossa sensibilidade, mas ressalta a necessária integração ao outro que compartilha conosco uma relação de proximidade, mas sempre destacando a individualidade como uma forma influenciada por diferentes perspectivas de compreensão e de histórico de vida.

No plano da sensibilidade não chega a haver qualquer forma, mas inteira fusão com o conteúdo: a sensação é a união daquele que sente e daquilo que é sentido. Assim, ao sentir, o ser humano permanece referido a si, encerrado nas condições espaço-temporais da apreensão sensível do objeto. Já no plano dos sentimentos, como o amor e a amizade, manifesta-se um sentir em comum, de simpatia ou de compaixão, no qual o eu se encontra ligado a outros e se estabelecem consensos entre diversos indivíduos. Todavia, enquanto modos de uma união sempre particular em que as diferenças de cada um são mantidas, mas não ultrapassadas, os sentimentos revelam uma forma relativa de união, mas não a forma absoluta da universalidade: o outro é um *outro eu*, um *alter ego*, que permanece, tal como o eu, limitado pela sua individualidade.<sup>47</sup>

Os desejos humanos são colocados por Feuerbach como algo que se traduz diretamente do instinto de felicidade. Conceitos como “bem” e “mal” são derivados de sentimentos como prazer e dor. Quando nos libertamos de uma dor, isso se transforma

44 FEUERBACH, L. *Wider den Dualismus Von Leib und Seele, Fleisch und Geist*, GW 10, p. 144- 145 Apud SERRÃO, 2009, p. 28.

45 LOPES, Rafael Werner. *Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade*. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.103.

46 *Ibidem*. p.60.

47 SERRÃO, Adriana Veríssimo. *A Humanidade da Razão - Ludwig Feuerbach e o Projeto de uma Antropologia Integral*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. p.35.

imediatamente em um certo prazer, o alívio de um mal imediatamente restaura a alegria de viver.

Conforme Feuerbach, “eu quero significa quero ser feliz”. A moralidade não pode aparecer com sua função definida enquanto repressão do instinto, das paixões. A moral não pode ir contra a natureza humana, pois “reprimir o instinto de felicidade do homem significa reprimir a vontade humana”.<sup>48</sup>

A libertação de um sofrimento possível ou presente gera uma satisfação, uma sensação de bem-estar. A moral supranaturalista afirma o dever pela renúncia como projeto do homem, ao passo que a moral feuerbachiana assume o dever pelo prazer e pela felicidade.<sup>49</sup>

Entretanto, achar que a moral feuerbachiana é baseada apenas em prazer e dor seria de uma simplificação inconsequente, pois ele se diferencia dos hedonistas justamente por acreditar que o homem, como um ser altamente desenvolvido socialmente, é capaz de exercer a alteridade, e mesmo que por egoísmo, sua razão o auxilia a perceber que sua vida pode ser muito melhor quando compartilhada entre pessoas também felizes. Esses são princípios da eudaimonia, que diferentemente do hedonismo, nos levam à possibilidade de uma felicidade muito mais plena e sofisticada.

A doutrina ética estabelece bem essa conjunção entre a tendência à vida plena, ou o impulso para a felicidade do EU, e o simultâneo reconhecimento do impulso para a felicidade do TU, sendo a felicidade “conjunta” ou “repartida” o único princípio da moral. Do ponto de vista do ser, a diferença metafísica entre felicidade e moralidade é evidentemente esbatida, uma vez que seres realizados são difusivos, abertos, como sublinha a continuidade entre estar-bem e ser-bom, ou entre o “satisfeito” (*glücklich*) e o “feliz” (*glücklichselig*): seres plenos são melhores, mais capazes de amor e dádiva, de satisfazerem o outro. Não havendo ética do solitário, mas unicamente do sociável, é só do ponto de vista do agir que se levanta a necessidade da autorrestrição do direito pessoal à felicidade em face do direito do outro à sua felicidade. O agir concreto oscilará sempre entre o meu direito e o direito do outro, que por sua vez me impõe à consciência moral como um dever.<sup>50</sup>

Assim, a antropologia que revela o instinto de felicidade se transformará em moral eudaimônica, que busca a produção de prazeres e a sensação de bem-estar nos indivíduos desde uma ideia de homem integral considerado em sua essência comunitária.<sup>51</sup>

Embora a moral de Feuerbach esteja centrada no egoísmo, ele a expande para a autorreferencialidade, pois também é do interesse de qualquer indivíduo que as pessoas que com ele convivem também compartilhem de uma relação de felicidade. Embora ele se reconheça como um ser original, ele reconhece a existência do outro e o quanto ele é fundamental, pois a sua vida se realiza na comunidade.

48 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.60.

49 Ibidem. p.174.

50 SERRÃO, Adriana. Feuerbach e a apoteose da vida. In: Homem e natureza em Ludwig Feuerbach, org. Eduardo F. Chagas, Deyve Redyson e Márcio Gimenes de Paula. Fortaleza: Edições UFC, 2009. P.29-30.

51 Ibidem p.169.

Um traço característico da determinação eudaimônica é o pressuposto das experiências próprias do indivíduo como condição para a moral e para o reconhecimento do outro. Essa característica será definida como autorreferencialidade, que, diferentemente do egoísmo, aceita a relação com o outro. O sujeito constitui uma relação imediata com o outro, o que define uma posição dialógica da ética de Feuerbach. O filósofo desenvolve sua análise do egoísmo para concretizar sua posição filosófica na ideia de indivíduo e comunidade.<sup>52</sup>

O homem como um ser social, precisa da alteridade até para se identificar melhor, pois seus atos e vontades repercutem na sua sociedade e causam reflexos no seu bem-estar. Assim ele se conhece e também reconhece aquilo que o circunda como o outro. A partir dessa identificação ele começa a perceber melhor os resultados de suas ações e como construir uma felicidade conjunta, colaborativa. A moral feuerbachiana é fundada no egoísmo e na sensibilidade, mas vai além do indivíduo. Parte dele, mas se completa no outro.

Mesmo a compaixão, proposta por Schopenhauer, é abstrata se não coexistir com o instinto de felicidade. A este respeito, um motivo da Teogonia retorna. Não só o meu eu "se coloca no lugar do outro", mas os sentimentos do outro entram em mim mesmo sem querer. A imagem do outro está "entrelaçada com a minha autoconsciência", de modo que "a consciência é uma expressão do socialismo". Embora um dinamismo semelhante financie a lei e a moral, isso se distingue disso porque diz respeito aos sentimentos que escapam aos meios coercivos e punitivos.<sup>53</sup>

Outro aspecto interessante de sua moral é a possibilidade da responsabilização, pois se o homem é determinado pela natureza, como poderia ser o responsável pelos seus atos? Nesse ponto entramos em outro fundamento da moral, pois é através dela que que existe a possibilidade de autodeterminação, ou seja, ele pode mudar seus atos, mas não pode mudar a sua essência.

A responsabilidade é parte do pensamento moral. E isto significa a possibilidade de coexistência entre determinação e autodeterminação humana, pois a responsabilidade apenas é possível enquanto assegurada esta segunda. Conforme afirma Feuerbach, "o homem sente-se responsável por aquilo que faz e não por aquilo que é". A responsabilidade não deve ser compreendida como essência humana, mas como característica da ação humana.<sup>54</sup>

A ética de Feuerbach tem a sua origem na antropologia, uma vez que ele próprio está convencido de que as religiões, como grande modelo moral para as civilizações, nada mais são do que projeções das angústias e desejos humanos. Nessa linha, devemos então tentar compreender melhor aquilo que inspira os desejos humanos, pois certamente isso facilitará o entendimento do arcabouço moral no qual estruturamos nossas leis e costumes.

52 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.22.

53 TOMAZONI, F.. Ludwig Feuerbach: Biografia intellettuale. Testi e Studi – Filosofia 26. Brescia. Editrice Morcelliana, 2011. p.445.

54 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.102.

Da antropologia à moral, da moral ao direito, assim é o movimento do pensamento feuerbachiano. A liberdade é um pressuposto da moral. O conceito de lei pressupõe a liberdade. A lei pode ser compreendida como generalização do instinto de felicidade de cada indivíduo na relação com o outro. Assim, a lei nada mais é que um desejo reconhecido.<sup>55</sup>

A antropologia é a base da filosofia moral de Feuerbach, que se desenvolve com fortes ligações com o empirismo e a natureza, formando um amalgama bastante distante da metafísica religiosa. Sua moral é baseada no instinto, uma força inconsciente que nos direciona constantemente rumo ao bem maior que é a felicidade. A autoconservação surge como a segunda força, muitas vezes se contrapondo ao instinto de felicidade.

Sendo assim, conseguimos imaginar uma moral com um mínimo de autonomia, capaz de estabelecer uma responsabilidade por nossos atos, pois ainda que sejamos fortemente influenciados pela natureza, nos resta uma certa margem de manobra volitiva e moral onde conseguimos nos determinar, e conseqüentemente, precisamos responder por nossos atos perante os outros.

A responsabilidade surge enquanto expressão do agir. E a ação não se dá individualmente, mas sempre na relação com o outro. Assim afirma, “o meu ser é a minha relação comigo mesmo, o meu agir é a minha relação com os outros...”.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.100.

<sup>56</sup> Ibidem p.102.

### 3. Desenvolvimento da temática do trabalho

Fixado o entendimento básico dos conceitos envolvidos, passamos agora a desenvolver sua correlação com a temática proposta. A linha mestra desse estudo é partir da visão ética de Feuerbach para tentar entender como a frustração das necessidades básicas podem explicar alguns comportamentos sociais em busca da satisfação do instinto de felicidade. O convite desse estudo é dar a oportunidade de utilizar os conceitos de Feuerbach como explicação para os desejos, anseios e pretensões humanas descritas em sua proposta de ética e também como possível justificativa de desvios comportamentais decorrentes da frustração dos instintos.

A ética de Feuerbach busca explicações fundadas em conceitos antropológicos e voltados mais à natureza humana do que a temática metafísica e moral, que predomina sobre parcelas mais influenciadas pela religião. Procuraremos entender o homem em sua essência natural e, portanto, tentaremos excluir do juízo toda e qualquer interpretação baseada na fé, ou balizada pelas instituições que a promovem. Com isso não pretendo menosprezar essa temática, mas dar uma chance a uma visão distinta sobre o assunto, de forma a contemplar uma nova perspectiva de entendimento do problema.

Como primeiro passo para o entendimento do problema, irei abordar a formação de vontades artificiais, criadas no seio de nosso momento civilizatório. Necessidades que são fruto do nosso tempo, estabelecidas por fatores mais ligados a fatores sociais e padrões estabelecidos do que propriamente por necessidades básicas.

#### 3.1 A importância do objeto como direcionador da vontade

Inúmeras vertentes religiosas e filosóficas pregam o desapego como solução de conflitos e ideal de felicidade, mas Feuerbach defende que não é natural agir dessa forma, pois nossos instintos nos determinam de outra maneira, e contraria-los seria uma violência contra um ser pleno de desejos e que busca o bem-estar. Nosso querer é provocado pelos objetos, uma reação natural e determinante, que muitas vezes tentamos barra-la frustrando esse impulso pela ética ou pela religião, o que muitas vezes pode ser uma vontade social ou uma imposição cultural, mas nunca um caminho natural para a felicidade.

O desejo sentido pelo objeto não revela um poder da vontade sobre os objetos, ou da alma sobre o corpo, mas, pelo contrário, o poder e influência que o objeto tem sobre o sujeito. Esse poder do objeto sobre o sujeito revela a dependência do sujeito em relação ao objeto, ao mundo natural.<sup>57</sup>

---

57 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.39.

Não podemos suprimir nossos sentidos e impedir que a natureza nos seduza. A dinâmica parte do mundo para o homem, e não o contrário. Negar isso é colocar ideias abstratas a frente do contexto pelo qual evoluímos. Entretanto, não podemos considerar isso como uma regra absoluta, pois existem objetos que representam vícios, por simbolizarem uma solução falsa para nossos problemas. Nesse momento a racionalidade nos ajuda muito, pois pode redirecionar os impulsos instintivos para soluções mais adequadas, já que é impossível lhes negar uma resposta.

A vontade age de acordo com o contexto, a história e os objetos dos sentidos, pois não pode ser considerada como um puro movimento do interior para o exterior do sujeito. A exterioridade age no indivíduo e desperta sua vontade, que passa a atuar em busca das excitações provocadas inicialmente pelos sentidos.<sup>58</sup>

Podemos, através da ética e da racionalidade, questionar a conveniência social de nossos instintos, podemos também criar visões diferentes de mundo e concepções com base em nossa criatividade, mas jamais poderemos eliminar o instinto natural que nos determina. Nossas tentativas irão no máximo criar uma dissonância entre o que somos naturalmente e o que desejamos ser como seres racionais. O custo disso será uma luta permanente contra a natureza.

Todo instinto é um instinto de felicidade, no homem, como em qualquer outro ser senciente, e pode, portanto, dominá-lo de tal forma que a satisfação dele vale para ele como a única ou toda a felicidade; pois todo objeto que ele deseja, para o qual experimenta um impulso, é, na medida em que satisfaz esse impulso e acalma o desejo pelo objeto, capaz de fazê-lo feliz, e somente por essa qualidade ser querido e desejado.<sup>59</sup>

É óbvio que somente a conquista de objetos não é suficiente para alcançar a felicidade, pois se fosse assim todos os ricos seriam felizes e todos os pobres infelizes. Entretanto, uma base mínima material é necessária para trazer um mínimo de dignidade e saúde. Quando se adentra à necessidade daquilo que é básico à sobrevivência: saúde, abrigo, proteção ou mesmo um mínimo de dignidade, isso pode inibir a racionalidade e perdemos o controle diante dos instintos básicos.

Também é verdade que o homem é de certa forma insaciável, pois seus desejos são inconstantes e superados tão logo o que se almejava foi conquistado. Somos volúveis e constantemente inundados pelos sentidos, de forma que sempre estão surgindo novidades que se apresentam como novas necessidades a nos impelir em direção a novos desejos.

O instinto não pode ser satisfeito definitivamente através dos objetos dos sentidos, pois sua ação é constante, permanente. Quando conquistamos o objeto de nossos desejos, percebemos que não era de fato o que realmente

---

58 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.81.

59 FEUERBACH, Ludwig, Ética e Felicità. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.12.

queríamos. Isto significa que o desejo não pode satisfazer o instinto, sua condição é a dinamicidade.<sup>60</sup>

Nossa racionalidade consegue manobrar sobre possíveis alternativas de satisfação, mas não consegue eliminar a necessidade ou desejo aceito como novo objetivo.

Em Feuerbach a liberdade da vontade consiste num espaço limitado de deliberações ao como fazer, mas que não pode atingir o que fazer. Isso significa reconhecer a determinação natural do instinto de felicidade e a possibilidade de atuação da moralidade apenas em relação aos caminhos possíveis para atingi-la.<sup>61</sup>

Portanto, o ser humano, como ator social, está sujeito ao encantamento provocado por desejos que vão além de suas necessidades básicas. A sua razão passa também a estabelecer objetivos não apenas ligados ao instinto, mas com uma sofisticação maior, influenciando-o em sua sensação de felicidade.

Somos capazes de criar necessidades não naturais e fazer elas parecerem objetivos vitais. Essas necessidades ditas “artificiais”, podem também criar sentimento de frustração e impotência, o que certamente afetará a nossa sensação de felicidade e autorrealização. A nossa razão pode ampliar nossas necessidades, mas não consegue reprimir as necessidades impostas pelos nossos instintos.

Quando aparece como desejo humano, a felicidade ganha ampliação como bem-estar da vida do organismo existente e individual. No entanto, a felicidade não apenas é determinada por objetos determinados, mas pode ser considerada como conjunto de sentimentos e sensações, que não visam apenas a um objeto, mas a um conjunto de objetos e experiências que tornam a vida do sujeito agradável. Pois, nessa consideração da felicidade como determinação dos desejos humanos e sua não restrição a objetos isolados, ou seja, a capacidade de se falar sobre a avaliação do sujeito acerca do todo de sua vida, contando aí passado, presente e aspirações futuras, a relação com a satisfação de desejos de objetos isolados, o desejo pela obtenção não de objetos, mas de satisfações e experiências, e a possibilidade de sensações de bem-estar na satisfação dos interesses alheios, fazem de Feuerbach um autor focado numa forma de eudaimonia moral, devido à amplitude do conceito de felicidade que aparece em sua obra. Assim, poder-se-á afirmar que a base pré-moral é a antropologia, os instintos e forças da natureza que agem no homem e determinam suas ações e pensamentos; enquanto a base moral é a determinação eudaimônica, que se define pela busca não restrita aos objetos específicos e isolados, mas colocada numa consideração sobre o todo da vida.<sup>62</sup>

No mundo moderno, onde o marketing estabelece os padrões de sucesso, a felicidade passa a receber requisitos não mais inspirados na natureza, mas também

---

60 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.188.

61 Ibidem p.280.

62 Ibidem p.21.

fortemente direcionados a modelos baseados em interesses de capital, aspirações estéticas, influência de uma cultura globalizada e desejo de ascensão social.

O objeto sensível desperta no homem o desejo de possuí-lo ou de afastá-lo de si. A vontade, por si só, em nada determina as ações, pois nada significa no homem. Isto demonstra que a ação moral depende de estímulos externos, que são encontrados numa base sensível e externa ao sujeito, o que significa o reconhecimento de um mundo independente do sujeito do conhecimento, independente do pensamento humano. [...] <sup>63</sup>

Ao longo da história os paradigmas morais passam por transformações, e referenciais éticos que antes funcionavam, passam a ser menos considerados na definição da postura do homem frente a seus desafios. Não podemos comparar o homem medieval ao homem contemporâneo quando avaliamos a influência da religião em sua concepção moral de certo e errado. Cada vez mais estamos retornando à uma visão mais natural na medida em que a religião perde espaço em um mundo com a comunicação constantemente redefinindo padrões de comportamento, mas essa característica ainda não é significativa em países do terceiro mundo.

A recusa de princípios metafísicos ou racionais como fonte da moralidade gerará uma moral naturalizada. A natureza determina o homem, e este tem sua tarefa voltada à descoberta de sua base natural, e, assim, afirmá-la como princípio do bem viver. Conceitos como razão, lei e direito aparecem como determinados desde baixo, isto é, desde a natureza, o que resultará numa posição diversa da tradição metafísica. A vida racional é o mesmo que a vida em acordo com a natureza. Todo discurso moral apresenta um pressuposto básico na capacidade que o sujeito possui de condução da própria vida, o que significa que uma capacidade deliberativa, do sujeito como senhor de suas ações, acompanhará necessariamente a ideia de moralidade. <sup>64</sup>

As transformações promovidas pelo desenvolvimento econômico alteram as relações de poder e de estrutura social, impondo conflitos e gerando reflexos éticos, legais e até comportamentais em toda a sociedade. Essas anomalias sociais causam uma deturpação dos princípios naturais.

Diante de tudo isso, podemos concluir que é inevitável que o sujeito de uma sociedade consumista se sinta estimulado a adquirir bens para se afirmar na sociedade. Entretanto, quando ele é colocado economicamente à margem da possibilidade de consumo, seus desejos, com raízes no instinto de felicidade, clamam por serem atendidos, e diante da impossibilidade de se concretizar, pode lhe afetar a sua capacidade de se manter virtuoso e alinhado aos valores de uma comunidade que não mais se importa com ele. Em sua relação com o mundo, o indivíduo pode ser negativamente influenciado.

O indivíduo é singular, mas em contato e relação com o mundo; recebe afecções da natureza, mas também age no mundo; é determinado, mas

<sup>63</sup> LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.23.

<sup>64</sup> Ibidem p.24.



também determina. O indivíduo não é isolado, fechado em si mesmo. A sensação é subjetiva, mas o fundamento da sensação e da subjetividade é objetivo. Sujeito e objeto, eu e tu, são distintos e indissolavelmente coligados. Esse é o “verdadeiro princípio do pensar e do viver, da filosofia e da fisiologia”.<sup>65</sup>

### 3.2 As necessidades básicas como prioridade do Instinto de Felicidade

As necessidades básicas, quando não atendidas, se tornam fonte do sofrimento, e por consequência, impedem a felicidade. O homem tem uma pulsão natural pela felicidade, e qualquer frustração o afasta dessa meta. E essa frustração é muito mais importante quando se trata de algo vital.

A afirmação de que "eu quero" significa "eu não quero sofrer, quero ser feliz" - afirmação na qual expressei, da forma mais breve e incisiva, a inseparabilidade, até então pouco mencionada, vontade e felicidade - não representa de outra parte, pelo menos para o significado, uma novidade, embora pudesse ser formulada de maneira diferente. "O desejo de prazer", diz Helvétius, por exemplo, em seus escritos sobre o espírito, "é o princípio de todos os nossos pensamentos e ações; todos os homens tendem incessantemente à felicidade, seja verdadeira ou presumida. Todos os nossos atos de vontade são, portanto, apenas efeitos dessa aspiração". A mesma coisa já afirmou antes dele, mas de uma maneira menos breve e precisa, Locke e Malebranche, que por último – a propósito - em sua obra principal *De la recherche de la vérité* (Da busca pela verdade) [... disse] "não está no poder da vontade não desejar ser feliz". O que mais isso significa,<sup>66</sup>

Na ética de Feuerbach existe um espaço de liberdade onde a moral consegue influenciar as ações humanas, onde o homem pode recorrer racionalmente a opções que foram fruto de seu aprendizado diante das experiências sensíveis, sejam elas suas ou transmitidas por sua comunidade. Entretanto, há um limite que estabelece a fronteira entre a liberdade de agir e o instinto de sobrevivência. A partir da negação de suas necessidades básicas, a racionalidade começa a perder força diante do comportamento instintivo, depurado pela seleção natural ao longo de nossa evolução. Este é um território onde o “homem animal” reina.

Assim, estar livre é o mesmo que estar livre de um mal, presente ou futuro, livre daquilo que nega a existência do homem. Nos textos feuerbachianos, a liberdade moral parece ser o instante entre a ausência de impedimento da natureza e a ação deliberada por motivos, do sujeito moral. Podemos compreender um sujeito como livre quando não há nenhum tipo de obstáculo de natureza material.<sup>67</sup>

65 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.39.

66 FEUERBACH, Ludwig, *Ética e Felicidade*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.14.

67 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.25.

A nossa felicidade só é possível quando estamos livres daquilo que nos faz mal, e o instinto de felicidade não nos dá trégua. Enquanto persiste essa situação, ele continuará cobrando uma solução e negando o bem-estar. Nossa racionalidade, e por consequência o desenvolvimento da moral, é uma concessão de nossos instintos que permitem que criemos novos parâmetros de felicidade e bem-estar, mas que jamais poderão contrariar a sua origem sensitiva e hierarquicamente subordinada aos nossos instintos.

A felicidade não pode ser um simples estado intelectual. Nossas ações devem estar em acordo com a natureza, e a natureza não está sujeita à deliberação humana.

A base da moral eudaimônica é concebida desde o uso de inúmeros bens e condições, tais como saúde, conhecimento e autodeterminação.<sup>68</sup>

O Nosso pensamento nos dá uma aparente sensação de liberdade, mas no fundo tudo está condicionado pelo instinto de felicidade, e como consequência, o instinto de conservação. Entretanto, quando satisfeitos e saciados, nossos pensamentos ganham asas e nos fazem ampliar nosso universo de desejos. Ampliamos nosso mundo com abstrações, novas facilidades, ambição de conforto e até mesmo estéticas. Nosso mundo se amplia e com ele nossas necessidades, sejam elas naturais, ou produto de nossa criatividade e inventividade.

A abstração do pensamento pode apenas surgir quando as necessidades básicas, naturais e biológicas, aparecem saciadas. Apenas com a satisfação das necessidades que dão condições à vida pode surgir a liberdade do pensamento. A natureza funda o pensamento, o corpóreo funda a filosofia. Um campo natural de condições físicas e orgânicas funda a possibilidade das ações volitivas e morais.<sup>69</sup>

A alimentação é um bom exemplo de necessidade básica que não pode ser negligenciada sem que forças instintivas se manifestem com intensidade.

“sou um ser que necessita de alimentos”, e não posso negar tal necessidade. O discurso acerca da liberdade está num campo restrito de escolhas, mas não de negações radicais. A moral será estruturada na e a partir da natureza determinante, não podendo ir para além desta. A natureza é infinita frente à finitude e contingência humana, existe independentemente do querer humano.<sup>70</sup>

O fato de que algumas pessoas consigam jejuar não prova que a regra esteja erada, apenas que o instinto de felicidade pode atuar de forma negativa. Crenças religiosas, filosóficas ou costumes culturais podem impor ações que aparentemente contrariam nossos instintos, mas são construções artificiais que buscam atingir de certa forma conceitos de felicidade não naturais que podem prevalecer até que a sobrevivência se imponha e os reverta. O suicídio é também uma forma negativa de

68 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.186.

69 Ibidem p.85.

70 Ibidem p.65.

instinto de felicidade, pois a impossibilidade de uma felicidade concreta do ponto de vista natural faz da negação da vida uma solução contra a infelicidade. É nesse ponto que o eudaimonismo se diferencia do hedonismo, pois o segundo se foca apenas no prazer, mas o eudaimonismo encontra a felicidade até em certas privações, pois vai além do eu e se influencia pelo outro, seja para também o tornar feliz, seja para conquistar a sua admiração.

A tradição supranaturalista nega, segundo Feuerbach, a vida como fonte e fim da pura felicidade. A concepção budista acerca da vida e felicidade também se encaixará numa equivocada posição supranaturalista ao rejeitar o homem, suas paixões e sua existência como fontes da verdadeira felicidade. O budismo mostra a vida como um mal, que deve ser evitado. O erro da posição budista é entender o não ser como o melhor que se pode desejar. O budista afirma que a felicidade não é o supremo desejo do existente, mas o nada, o não ser. O desejo pelo não ser é expressão do instinto distorcido, e tal distorção não anula o instinto, mas o mantém presente e ativo. O budista busca o nirvana como estado mais desejável na existência desprezível. A felicidade é instinto e, por isso, inata no homem. Mesmo o budista, ao buscar seu não ser, sua negação, na abnegação das coisas próprias da vida, é determinado pelo instinto. O suicídio e o budismo são simplesmente eudemonismo. O nirvana e a auto-aniquilação são manifestações do instinto de felicidade, mas expresso negativamente.<sup>71</sup>

### 3.3 O conflito entre a moralidade e o atendimento das necessidades básicas

No momento em que surgem crises econômicas e a estrutura social passa a conviver com enormes desigualdades, é inevitável que aqueles que passam necessidade passem a conviver com a frustração de não ter suas necessidades básicas atendidas, ao mesmo tempo em que se defrontam com modelos de felicidade constantemente sendo impostos pelos meios de comunicação, gerando uma sensação de enorme frustração e de impotência. Isso mexe diretamente com o instinto de felicidade, gerando uma reação imediata buscando um reequilíbrio em direção a uma zona de conforto.

O primeiro freio contra atitudes primitivas e não civilizadas é o freio moral, ainda largamente ancorado na religiosidade tão entranhada em nossa cultura. Mas o mundo moderno, graças a ubiquidade das comunicações, continua expondo as situações de injustiça sem trégua.

A felicidade se efetiva apenas quando a sobrevivência está assegurada. A concepção feuerbachiana de felicidade ganha sentido apenas quando são criticados parâmetros tradicionais, tais como o religioso e o social.<sup>72</sup>

Muito se fala do “Cidadão de Bem”, mas o quanto essa figura imaginária tem a ver com a felicidade do indivíduo e quanto tem a ver com um modelo social de alguém

71 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.157.

72 Ibidem p.180.

que trabalha a serviço da sociedade sem refletir sobre a própria felicidade. Vejam que aqui não estamos considerando o modelo hipócrita, que atua dentro das regras apenas aparentemente, mas de forma escondida defende seus interesses e desejos mais egoístas. Estamos aqui falando daquele cidadão que tenta sublimar a sua felicidade aderindo ao padrão moral imposto apenas porque foi modelado desde tenra idade para ter esse comportamento sem questionar.

Ao homem comum, a figura do cidadão de bem serve apenas de referência para alguém que pretende ser aceito na sociedade, já que a adoção desse modelo implica em uma forte renúncia à individualidade e às suas pulsões, mas traz como benefício, pela mimetização comportamental, evitar um isolamento moral decorrente de uma postura divergente do “bando”.

"O comando: você deve ser feliz, é uma loucura". Mas assim é o comando: você deve ser moral ou virtuoso. É uma ideia fundamentalmente danosa e em grande parte nociva, que a moralidade depende apenas da vontade. Não é sobre nada além de fé nos milagres transferidos para a esfera moral, na vontade humana. Assim como a felicidade não depende apenas de mim, embora eu não tenha nem mesmo sido concedido sem minha participação e meu compromisso, também a moralidade depende não apenas de minha atividade voluntária, mas também de bens externos, da natureza, do corpo. Não há felicidade sem virtude: você está certo, seus moralistas, eu de bom grado concordo com você, eu já concordei com você. Mas tenha em mente: não há virtude sem felicidade - e essa moralidade faz parte da esfera da economia privada e da economia política. Onde as condições para a felicidade não são dadas, as condições para a virtude também estão faltando.

73

A renúncia à moralidade, decorrente seja da miséria, seja de qualquer outra necessidade básica inatingível, é o recurso dos abandonados pelo sistema. Essas pessoas pagam um preço muito alto por isso, e assim não agiriam se tivessem uma outra alternativa, ou se tivessem tido um histórico mais propício ao desenvolvimento ético.

A necessidade não conhece nenhum comando, o provérbio já diz. "De cem prostitutas em Londres", na verdade eu li em um velho texto extraído de um suplemento do Augsburger Allgemeine Zeitungdel, de 26 de abril de 1858 "como foi provado, noventa e nove são vítimas de pobreza.". Noventa e nove vítimas de miséria, não de luxúria pelos sentidos, não de falta de boa vontade, de intelecto ou mesmo de falta de fé, à qual os senhores do clero, de acordo com seu interesse e sua profissão, suportam todos os vícios e crimes do mundo; não! Vítimas apenas da falta dos meios mais indispensáveis de subsistência! Na verdade, também se pode aprender a moral das prostitutas londrinas, aprender que sua abjeção deriva apenas do instinto de felicidade rejeitado e negado; que o dever de virtude tem como pressuposto o direito inalienável e o direito estável, o sagrado direito natural do instinto de felicidade.<sup>74</sup>

---

73 FEUERBACH, Ludwig, *Ética e Felicidade*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.58.

74 *Ibidem* p.63.

Aqui também se revela um conflito semelhante àquele do contrato social, ou seja, a moral deve servir apenas aos outros, ou o agente moral deve se beneficiar da moralidade, pois caso contrário vira uma escravidão. Por que servir à sociedade integralmente a abrir mão da própria felicidade. Apenas para não ser marginalizado? Se a sociedade acolhesse seus cidadãos em dificuldade, e efetivamente o auxiliasse a voltar a ter esperança de ser feliz, provavelmente teríamos um contingente muito menor de “ovelhas fora do rebanho”.

Afinal, com essa distinção das razões, fomos além do escopo dos "deveres para consigo mesmo", passando para o campo dos deveres para os outros e em seguida para a segunda parte da moral. Mas isso domina tudo tanto que mesmo os deveres relacionados a si mesmo podem ser considerados e tratados apenas como deveres para com os outros; e que somente aqui está a grande controvérsia que se opõe ao dever e à felicidade, a pergunta: "O que é moral, qual é o traço característico e o fundamento da moralidade?" <sup>75</sup>

Exigir de alguém que seja um fiel cumpridor da moralidade quando seus instintos mais básicos clamam por atenção é uma forma de escravidão, pois a felicidade é a mais básica das contrapartidas que alguém precisa para se manter-se na luta contra as restrições materiais que enfrenta.

Na filosofia feuerbachiana, a liberdade será possível apenas em ligação com a determinação natural, ou seja, não podendo ser compreendida em sua forma radical. A moralidade depende da satisfação de desejos humanos. É importante que o indivíduo consiga equilibrar, através da racionalidade, seus desejos naturais com seu desenvolvimento intelectual e moral. A moral só pode exigir privações se prometer, em troca, garantir satisfações de desejos. <sup>76</sup>

Portanto, de nada adianta acenar ao necessitado com determinações metafísicas. Isso pode valer para o animal saciado, que pretende ganhos sociais, ou mesmo realização de suas crenças, mas para quem está em necessidade, a moral acaba por perder para o instinto de conservação. O homem pode sim ir além do material, mas em um segundo estágio, quando o seu clamor por um mínimo de bem-estar o permita desenvolver o espírito comunitário, e assim se beneficiar da harmonia resultante do convívio de pessoas mais realizadas.

A moral feuerbachiana evitará duas reduções filosóficas: o transcendentalismo de seus opositores, que será amplamente definido como espiritualismo, e o excesso materialista que reduz toda a realidade ao simples biológico. Nesse período também será evidente o contato e influência direta das ciências naturais na elaboração de suas reflexões filosóficas. Segundo ele, a fisiologia é a base da filosofia. O primeiro grande passo na moral feuerbachiana é a passagem da metafísica à antropologia. <sup>77</sup>

Portanto, de nada adianta pregar a moralidade, se o homem está sofrendo necessidade. A sua virtude não prosperará nessa situação. O homem só atingirá um estágio moral quando o instinto de sobrevivência não estiver ativado e em luta pela vida.

<sup>75</sup> FEUERBACH, Ludwig, *Ética e Felicidade*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.63.

<sup>76</sup> LOPES, Rafael Werner. *Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade*. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.276.

<sup>77</sup> *Ibidem* p.30.

A moralidade está fundada na sensibilidade, que é fonte do bem e do mal. Feuerbach mostrará que o corpo, como afirmam os supranaturalistas, é fonte dos vícios, mas que é também fonte da virtude e da sabedoria. As ações que realizamos no nível moral ou abstrato estão em dependência do corpo em boas condições, do corpo saudável, de uma condição material e objetiva que viabiliza o pensamento livre. Por isso, “o materialismo é o único sólido fundamento da moral!”<sup>78</sup>

### 3.4 A falta de empatia no julgamento ao próximo

Feuerbach, em sua ética, se diferencia dos hedonistas ao defender que apenas o prazer não garante a felicidade. Em sua defesa do eudaimonismo, ele reforça a ideia de que o homem só se completa na percepção da felicidade daqueles que o cercam e compartilham com ele de uma vida com um forte acento social.

[...] Reconhecer o direito não só de nossa felicidade, mas também da dos demais. Uma ação é boa se diz respeito à felicidade dos outros. Entretanto, eu não poderia reconhecer a felicidade dos outros se não sentisse em mim mesmo o impulso da felicidade e não o aprovasse. O amor aos outros e o amor a si mesmo são, para Feuerbach, conjuntos. [...] O convite feito por Feuerbach ao amor é, em primeiro lugar, participação na felicidade dos outros e manifestação da relação interpessoal. Nessa dimensão, o homem pode mudar e não é legítimo eliminar o culpado.<sup>79</sup>

Dentro dessa perspectiva, podemos perceber que quando vivemos períodos de crise, podem existir necessidades não atendidas entre pessoas que estão em situações muito diferentes. Uma movida pela total carência de atendimento de suas necessidades básicas, e outras com necessidades também não atendidas, que também são legítimas, como a segurança, por exemplo, mas que não são básicas na acepção mais extrema do conceito.

Entretanto, achar que punir uma parte apenas seria a solução, pode não ser o melhor caminho, e a proposta que mais se adequa à ética de Feuerbach é a prática da empatia, seguida de ações práticas de resolução em ambos os polos opostos. A sua proposta se baseia no amor.

O otimismo torna-se uma exortação a melhorar as condições de vida da sociedade a fim de que o homem não se prenda só a procura contínua da sobrevivência. A complexidade da natureza humana permite que vários instintos lhe mostrem diversas possibilidades e lhe abram o caminho da liberdade. A vontade apoia-se nessa complexidade. Quando um instinto ameaça dominar totalmente, os outros instintos rebelam-se e restabelecem o equilíbrio.<sup>80</sup>

Para Feuerbach, o isolamento entre os homens, os tornam incompletos. Nossa perspectiva deve ser inclusiva, e não segregadora. O isolamento a que a sociedade nos induz leva a uma redução de possibilidades do homem.

78 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.62.

79 TOMASONI, Francesco. A Ludwig Feuerbach e a fratura no pensamento contemporâneo. São Paulo. Edições Loyola, 2015. p.105.

80 Ibidem. p.105.

A perspectiva é espacial e temporal. Os demais homens completam-me. Além disso, a posteridade superará os limites que hoje parecem insuperáveis. Na primeira perspectiva, Feuerbach afirma: “Tanto no aspecto *moral* como no físico e no intelectual, os homens *compensam-se* reciprocamente, de modo que, tomados em conjunto, são como devem ser, representam o homem perfeito”. Segundo Feuerbach, isso acontece sobretudo no amor e na amizade. “O amigo *justifica* o amigo perante Deus. Ama no amigo as virtudes que se opõe aos seus erros [...] Se eu próprio não posso ser perfeito, pelo menos amo nos outros a virtude, a perfeição”.

Essas afirmações poderiam ser interpretadas como exortação a aceitar a realidade sem fazer nada para muda-la. Isso, porém, é contrário ao propósito de Feuerbach, que vê no amor uma força de mudança e realça a paixão como aptidão para dedicar-se completamente ao fim que ultrapassa seu limite. “Por isso, quem vive na consciência do gênero como uma realidade, considera seu ser para outrem, seu ser público, de interesse comum, como o ser se identifica com o ser *da sua* essência, como seu ser imortal. Vive com toda a sua alma, com todo o seu coração a Humanidade.”<sup>81</sup>

Entretanto, o senso comum não é favorável ao desenvolvimento dessa solução. A sociedade massificada promove o individualismo a ponto de cegar as pessoas para as soluções mais definitivas, e as impulsiona para paliativos que apenas adiam as consequências nefastas que são inevitáveis, não percebendo que o homem é inseparável do outro, e uma felicidade isolada não é, e nunca será, plena.

---

81 TOMASONI, Francesco. A Ludwig Feuerbach e a fratura no pensamento contemporâneo. São Paulo. Edições Loyola, 2015. p.67.

#### 4. Conclusão

Antes de qualquer coisa, precisamos entender Feuerbach como um pensador que apoia amplamente seus conceitos na antropologia e se contrapõe ao supranaturalismo com a sua linha de pensamento secular. Portanto, precisamos ter em mente essa perspectiva para que possamos entender seus argumentos sem buscar qualquer outro apoio em concepções influenciadas pela religião e que ainda estão muito presentes em nossa cultura.

[...]. É neste breve período que Ludwig Feuerbach desvenda a antropologia como o segredo da teologia. A antropologia transfere programaticamente o Homem para o centro, para o lugar ocupado na filosofia precedente, teologicamente inspirada, por Deus. Com esta alteração do lugar do homem, com o novo “posicionamento do homem no cosmos”, o seu conceito altera-se completamente. Condicionado por um pensamento cunhado pela teologia, no contexto do pensamento de que o homem seria feito à imagem de Deus, predominara a sua espiritualidade; a sua sensibilidade fora, em contrapartida, desvalorizada como algo que diz respeito apenas transitoriamente ao homem e que não constitui a sua verdadeira essência.<sup>82</sup>

Pelo que foi apresentado até agora, podemos perceber que a ética de Feuerbach é construída a partir das relações do homem com o mundo, sem bases metafísicas, embora seja inegável que esse fator influencia a humanidade por se tratar de uma questão social, que tem forte influência na moralidade coletiva. Ele parte de conceitos básicos muito naturais e baseados naquilo que permitiu a sobrevivência do reino animal como um todo, ou seja, partindo do instinto de sobrevivência até chegar em sua forma sofisticada de dar sentido à vida que é o instinto de felicidade.

De tudo que foi apresentado, começamos destacando que o homem possui uma atração natural por objetos. Sabemos também que essa atração está na mesma raiz que determina suas necessidades, bases morais e tudo mais que lhe determina o pensamento, ou seja, a resposta do homem à sua sensibilidade ao que o circunda. A sua vontade é uma resposta a esse estímulo básico que o guiou ao longo da evolução. Nasceu muito antes de desenvolver uma moral mais elaborada. Muito antes até do que o próprio homem, pois o comportamento de outros animais apresenta reações semelhantes, embora o conceito de propriedade seja muito mais forte em nossa espécie. Portanto, fica evidente que essa propensão já está implantada em nossos instintos como forma de suprir uma estrutura mínima de conforto.

Vimos também que existe uma hierarquia entre nossas necessidades. Que o instinto de preservação está intimamente ligado ao instinto de felicidade, e determina que um determinado grupo de necessidades constituem um status diferenciado, pois eles são mais fortes do que a nossa racionalidade consegue administrar, sufocar ou mesmo

---

82 JAESCHKE, Walter. Humanidade entre Espiritualismo e Materialismo. In: O Homem Integral: Antropologia e Utopia em Ludwig Feuerbach: Actas - Simpósio Feuerbach, org. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Adriana Veríssimo Serrão (coordenadora). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001. P.65.



prorrogar. Quando perdemos a perspectiva de uma felicidade, mesmo que mutilada, limitada ou contingenciada, deixamos de nos comportar civilizadamente e podemos dar origem a comportamentos que se sobrepõem à camada de verniz civilizatório.

O contrato social foi uma forma de conciliação nascida da necessidade de pacificar homens desejosos em constante conflito de interesses e convivendo perigosamente próximos, visando refrear seus instintos mais básicos. Essa promessa tenta conciliar valores caros aos concidadãos como: direito à propriedade, proteção contra inimigos comuns, solução de conflitos, amparo à saúde, justiça, educação e outros tantos valores de difícil garantia quando em falta em nossa sociedade. Mas esses benefícios não são dados gratuitamente, pois o homem precisa entender que a sua liberdade não mais será tão ampla quanto ele tinha no estado de natureza. Ele passa a ter várias vantagens, mas não poderá mais decidir ao seu bel prazer os limites de suas ações. Um preço justo, desde que se revele vantajoso. Com base nesse pacto se construiu a base de nosso sistema legal.

Assim afirma o filósofo: “o meu direito é o meu instinto de felicidade reconhecido legalmente; o meu dever é o instinto de felicidade do outro enquanto me determina ao seu reconhecimento”. O direito surge da garantia de exteriorização dos interesses de realização e autoconservação do eu. O dever surge do reconhecimento da existência do outro, do tu, e da necessidade de assegurar-lhe o espaço de procura e realização de seus interesses próprios. A causa que determina o eu ao dever é o instinto de felicidade do tu.<sup>83</sup>

Feuerbach apresentará sua definição de lei: “... a lei (...) não é nada a mais que o meu instinto de felicidade colocado em acordo com o instinto de felicidade dos outros”. A lei não tem estatuto metafísico ou especial, em contraste com a natureza, não serve para dominar ou reprimir os instintos, mas para ordená-los no convívio social.<sup>84</sup>

Quando a situação se apresenta de forma extrema, ele descobre que lhe restaram apenas obrigações. Seus direitos não são respeitados. Ele paga com a restrição de liberdade, mas não recebe nada em troca. Não tem mais segurança, a sua saúde não é amparada pelo estado, não consegue colocação no mercado de trabalho, não consegue educação pública para se tornar mais competitivo, paga impostos sem nenhum retorno efetivo, percebe que seus representantes políticos estão desconectados de suas necessidades, e principalmente, não vê perspectivas de receber contrapartida em um futuro próximo.

A virtude precisa do corpo de nutrição, roupas, luz, ar, espaço. Onde homens são pressionados um contra o outro, como, por exemplo, em fábricas e casas de trabalhadores ingleses, assumindo que essas pocilgas podem ser chamadas de casas, onde até mesmo o oxigênio no ar não é suficientemente distribuído - a esse respeito, a redação de “O Capital” de K. Marx, é rica em fatos pelo menos indiscutíveis e instrutivos, bem como pensamentos reformistas do gênero mais interessante, mas também mais terrível - aqui também é levado

83 LOPES, Rafael Werner. Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade. Porto Alegre: Editora FI, 2014. p.91.

84 Ibidem p.67.

ao espaço moral da ação, aqui a virtude no máximo, é apenas um monopólio dos donos das fábricas, os capitalistas. Onde falta o necessário a vida, está faltando também o necessário à ética. O fundamento da vida é também o fundamento da moralidade. Onde pela fome, pela miséria, você não tem substância em seu corpo, você nem mesmo tem em sua cabeça, em sua sensibilidade e em seu coração qualquer razão ou substância para moralidade. Quem vai negar que há até mesmo homens que preferem sofrer de fome ou até mesmo morrer de dificuldades ao invés de serem culpados de abuso criminal? Infelizmente, os períodos em que a virtude sofre fome são bastante frequentes e apenas o vilão é dotado de bens exteriores e fortuna. Mas tais pessoas anteriormente, talvez até mesmo desde a infância, tiveram em sua vida e oportunidade de pensar em outras coisas e prazeres bem diferentes de apenas comer e beber e se acostumarem e praticarem tanto nessas outras coisas que eles se tornaram indispensáveis para eles como o pão de cada dia. Da juventude em diante, eles não se acostumaram a velhacaria, ou não meditaram e pensaram apenas naquelas coisas, das quais tais ações são o resultado necessário; por esse motivo, mesmo que necessitem, não fazem nenhuma grosseria. "O hábito é o segredo da virtude"; certamente também do vício, mas essa afirmação contém em si mesma a suposição tácita, que se acostuma também à virtude. Estes povos nobres nós podemos sempre manter diante deles como exemplos edificantes e encorajadores em tempos de miséria; mas eles são exceções à regra, eles não provam nada contra a afirmação de que os meios necessários para a vida são também os meios necessários para a virtude.<sup>85</sup>

Basta ao cidadão atento apenas observar o noticiário para perceber que parcelas cada vez maiores da população vivem em condições indignas e em carência quase absoluta. Entretanto, o estado se comporta como se a Constituição, como legitimadora de nosso contrato social, estivesse servindo a todos os cidadãos, mas na verdade, cada vez mais segmentos sociais inteiros estão literalmente à margem de seus benefícios e promessas nela instituídas. Ser "marginal" é literalmente estar à margem do pacto social. Como então exigir desses cidadãos o cumprimento da lei quando a constituição não lhes concede a contrapartida pela adesão ao pacto social. Que vantagens são oferecidas a eles para não optarem pelo retorno ao estado de natureza, com riscos enormes para todos os segmentos sociais.

É que em lugar de destruir a igualdade natural, o pacto fundamental substitui, ao contrário, por uma igualdade moral e legítima a desigualdade física que a natureza poderia ter colocado entre os homens e que, podendo ser desiguais em força ou em gênio, se tornam todos iguais pela convenção e pelo direito. (...) sob maus governos, essa igualdade é aparente e ilusória; só serve para conservar o pobre na sua miséria e o rico em sua usurpação. Na realidade, as leis são sempre úteis àqueles que possuem e prejudiciais àqueles que nada possuem, do que se conclui que o estado social só é vantajoso aos homens na medida em que todos possuam alguma coisa e que nenhum deles possua algo em demasia.<sup>86</sup>

---

85 FEUERBACH, Ludwig, *Ética e Felicidade*. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992. p.59.

86 ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social : Princípios do direito político*. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2011. -(EDIPRO de bolso). p.30.

Diante desse contexto limitado pelo pacto social, é exigido do homem conciliar a força natural do seu instinto de felicidade com sua racionalidade, para a partir daí desenvolver um sentimento chamado vontade. A vontade não é amplamente livre, pois está significativamente policiada pela moralidade, que também é fruto de sua cultura local, valores religiosos adotados voluntariamente ou por herança familiar, aparato legal vigente em seu meio, dentre outras razões. Mas mesmo dentro desse contexto limitador, existe uma vontade de agir que precisa de aprovação moral. Mas quando o sujeito não recebe nem as condições mínimas para lhe acenar com um pouco de bem-estar, quando a sociedade não lhe ampara, ou mesmo lhe dá oportunidades para buscar uma solução de seus problemas, surge então o impulso de contestar o pacto estabelecido com a sociedade. Refrear esse impulso é muito difícil, pois ele vem de uma cultura legal e religiosa que o compele a se submeter, enquanto seus instintos gritam por uma solução que restaure um sentido para a vida, pois sem felicidade, ele desaparece, a menos que ele se submeta a um estágio infra vital, um desencanto total acompanhado de uma atitude passiva de quem já não tem mais nenhuma esperança.

De outro lado, aqueles que possuem melhores condições econômicas, encontram em nossa sociedade regiões de segurança que os afastam da realidade da maioria, dificultando qualquer possibilidade de desenvolvimento de empatia. As duas realidades dificilmente se cruzam, exceto pela relação serviçal daqueles que se submetem a empregos aviltantes. Trabalhadores cujas regras morais ainda são suficientes fortes para que eles reprimam o instinto de felicidade. Mas chega um momento em que a necessidade encontra com a indiferença em uma situação qualquer, e não há mais possibilidade de diálogo, pois as regras morais das classes em confronto já são tão diversas que se tornam inconciliáveis.

Os conceitos de Feuerbach podem nos ajudar a entender as possíveis causas da violência em nossa sociedade. Lembramos do que já foi explanado: o fetiche que os objetos exercem sobre os homens, a importância do atendimento das necessidades básicas, a fragilização da virtude e da moral como consequência da frustração de uma vida com um mínimo de dignidade e conforto e, finalmente, com a força do instinto de felicidade impondo algum tipo de solução capaz de dar algum sentido à uma vida de necessidades. Esses fatores associados produzem um quadro propício para a busca de soluções violentas que nem sempre se configuram em atos revolucionários, pois não possuem nenhum nível de organização reivindicadora. Atos desesperados ou decorrentes de uma deterioração moral quase absoluta, fruto de uma desesperança avassaladora.

Então o cenário social se apresenta em um claro confronto: de um lado os necessitados buscando aquilo que julgam como necessidades básicas, e de outro uma sociedade incapaz de lhes dar uma condição mínima de dignidade. A ética de Feuerbach parece lançar luzes que expliquem esse contexto todo. Aqueles que já não conseguem o mínimo para a sobrevivência se tornam reféns de seus instintos, pois a moralidade pode até reprimir a sua reação violenta, mas ela também tem um limite a partir do qual a virtude começa a esmorecer e algo de primitivo começa a sugerir ações mais radicais.

Enquanto isso, aqueles que possuem as suas necessidades básicas atendidas, podem ainda sustentar a sua virtude e cumprir rigorosamente a ética estabelecida socialmente. Nada de instintivo os move, e lhes causam estranheza que aqueles que se rebelam não consigam respeitar os seus direitos, pois eles não infringiram explicitamente nenhuma norma legal ou ética para que se sintam responsáveis por uma eventual desordem ou desrespeito ao direito de propriedade legalmente pacificado. Esse último comportamento revela a total falta de empatia decorrente do *apartheid* social proporcionado pelo isolamento físico das classes sociais.

Sobre essa dificuldade de empatia, Adriana Serrão escreve que existem dimensões diferentes quando se trata de racionalidade coletiva e sensibilidade. Não podemos imaginar que o ser humano se comporte apenas segundo o modelo coletivo, quando a realidade, que se manifesta especificamente a ele, diverge da realidade percebida pela maioria. Precisamos desenvolver a percepção de que constituímos uma única humanidade, e que as soluções precisam contemplar a todos para que surtam efeito na coletividade, mas esse consenso precisa respeitar aquilo que é percebido apenas pela sensibilidade individual, para que não se torne uma tirania da maioria, ou dos mais poderosos.

Ao conceber a razão como comunidade genérica, Feuerbach subordina toda a problemática do saber ao valor supremo de uma ideia de Humanidade, bem como o acordo de sujeito e objeto ao plano prévio de um cogito universal. A comunidade apresenta-se como uma unidade absoluta e sincrónica, à semelhança de um único espaço infinito no seio do qual a presença do racional se manifesta pela simultaneidade e pela coexistência efetiva de todos, sem exceção. O pensamento não deverá, portanto, ser visto como uma faculdade particular entre outras, nem como o substrato das estruturas e operações lógicas, nem entender-se com a ordem do mundo ou com o princípio de inteligibilidade do devir histórico. Fundamento da união e da comunhão dos seres humanos, a razão não é uma faculdade subjetiva, mas a dimensão global que abarca todas as outras esferas. É também o modo humano de ser mais constitutivo e essencial, fundador do acordo universal, graças ao qual a nossa humanidade se gera na consciência de fazer parte de uma só Humanidade. Uma teoria do conhecimento não está aqui em causa, mas a descrição de zonas ou planos do humano que são hierarquizados em função da capacidade de unificação. Daí que Feuerbach exclua a sensibilidade (*sensus*) do elenco das estruturas racionais, dada a sua natureza incomunicável: é justamente "isso mesmo que os homens não podem comunicar a outros que constitui a natureza dos sentidos"). A singularidade e a limitação do sentir faz de cada senciante um eu, distante e separado dos outros, e de cada "outro um outro para mim" (*alter mihi alter est*), ou seja, um outro "eu", igualmente encerrado no seu isolamento; porque, para ser comunicada, a sensação tem de ser dita pela linguagem que usa conceitos e juízos, mas, desse modo, encontra-se já absorvida na esfera do pensamento.<sup>87</sup>

Há um descompasso entre os “necessitados” e os “cumpridores da lei” que está sendo causado pela sociedade como um todo que não consegue controlar os efeitos que

---

87 SERRÃO, Adriana Veríssimo. A Humanidade da Razão - Ludwig Feuerbach e o Projeto de uma Antropologia Integral. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. p.36.

os instintos ativados pela frustração de necessidades passaram a causar no tecido social. Quando as oportunidades não são dadas a todos, a sua formação ética começa a se diferenciar, pois ela é baseada na sensibilidade, e em realidades diferentes essa percepção estimula os valores morais de forma diferente. Feuerbach defende sua ética baseada na antropologia e com estreita relação com a realidade de cada indivíduo, e por extensão a cada grupo ou segmento social.

Quem não percebe as diferentes realidades tem dificuldade em perceber as justificativas do outro, pois sem a sensibilidade como guia, conforme defende Feuerbach, alguns grupos não conseguem exercer a empatia e passam a julgar os outros a partir de seus próprios valores e condição de vida. As propostas meramente punitivas são provas cabais de que não se consegue imaginar as razões de terceiros quando nunca se experimentou uma situação semelhante.

Acho importante também lembrar que a definição de necessidade básica é bastante relativa, pois dependendo do histórico de vida de cada um, seus parâmetros também variam conforme o contraste que se apresenta entre a situação anterior e a situação atual. Para alguém em extrema pobreza, roubar alguma coisa em um supermercado é a sua transgressão instintiva, enquanto que para alguém que tem o seu salário reduzido, para manter o seu padrão de consumo, a sonegação de impostos seja a equivalente contravenção ética. Nosso relativismo moral é pródigo em criar exemplos nesse sentido. Mas também pode ser real o sentimento de necessidade básica não atendida mesmo quando comparamos situações tão díspares.

Mas é claro que não estamos falando de figuras jurídicas que se manifestam coletivamente como o direito de resistência, desobediência civil ou até mesmo objeção de consciência, que são formas de contestar as ações, ou inações, do governo. Essas são formas sofisticadas e racionais de contestação e não são o foco desse trabalho, aqui o que está em questão é uma reação instintiva e não organizada de se atingir o bem-estar, e como consequência, a felicidade, mas não se pode negar algumas motivações e precedentes que esses movimentos se alinham com a criminalidade atual. A grande diferença nesses casos é que o criminoso comum reconhece a regra que transgredir, mas o faz por necessidade, e nos outros casos, a lei é considerada injusta, pelo menos pelo transgressor.

A reflexão principal é a de que não podemos julgar atos de terceiros apenas a partir do nosso histórico de vida, da nossa formação escolar, do nosso núcleo familiar. Também não podemos exigir que todos valorizem nossos princípios e crenças religiosas da mesma maneira que nós, pois podemos não ter tido o desprazer de vivenciar as mesmas tragédias e desencantos daqueles a quem achamos pretensiosamente no direito de julgar. O senso comum costuma chamar de “cidadão de bem” aquele que cumpre as regras sociais, ou pelo menos aparentemente, e de bandidos quem a não cumpre. Esse maniqueísmo simplista esconde um amplo espectro de variantes capazes de justificar atos que nos parecem errados, ou que preferimos condenar apenas porque ameaça nossos privilégios. O mundo não é feito em preto e branco, não somos máquinas

binárias que escolhem sempre entre o bem e o mal. A ética de Feuerbach nos ajuda a entender o homem a partir da antropologia e não da metafísica. Nossa ética é formada no mundo. Não recebemos as regras de conduta imutáveis impressas em pedras, ou pelo menos não somos todos obrigados a reconhecer isso como verdade absoluta. Precisamos ser empáticos, precisamos exercer a alteridade e sobretudo não sermos irresponsáveis a ponto de fazer julgamentos rasos e fora da correta perspectiva.

A filosofia de Feuerbach nos explica, de uma forma natural e antropológica, como se formam nossos desejos, como a ética só é possível na medida que utiliza conceitos desenvolvidos à luz da sensibilidade, quando nos mostra que o instinto de felicidade é o nosso grande motor e como existe uma linha limite que quando ultrapassada nos animaliza, e é a fronteira das necessidades básicas. Uma população que vive no limite da sobrevivência, ou uma grande parcela dela, não tem condições de desenvolver uma moral compatível com o nosso atual estágio de desenvolvimento, pois eles não vivem essa realidade. A necessidade quando não atendida acaba por validar qualquer forma de solução.

Espero que esse trabalho seja compreendido como uma tentativa contestar o discurso raso do senso comum, ou ao que atribui toda a responsabilidade dos nossos atos ao livre arbítrio. Feuerbach defende que não temos toda essa liberdade, somos mais um resultado do meio onde nos formamos do que autônomos em nossas decisões. Fatores culturais e religiosos podem até influenciar nosso comportamento, mas no fundo estamos pagando um preço por sufocar nosso instinto de felicidade. O estado de natureza está latente no homem, e que pode aflorar sempre que os governos falham e a revolta inspira os homens a tentar mudar a situação instintivamente. A superação das necessidades básicas como resposta instintiva do ser humano pode ser resolvida de duas formas: o caminho político, que está falhando miseravelmente por falta de sensibilidade de nossa sociedade, e o caso que estamos analisando, a busca individual fora da legalidade, que é o último recurso de quem se encontra desamparado.

Como já anunciei nos objetivos do trabalho, a proposta não era simplificar a questão da violência social apenas com base nos conceitos de Feuerbach, mas lançar a luz de suas ideias sobre o problema na tentativa de entender esse comportamento fora do espectro moral, que normalmente se presta aos mais apressados. O que se busca aqui é que, antes de condenar eticamente o cidadão, precisamos tentar compreender seu comportamento sob o ponto de vista de um pensador que observa o ser humano não só do ponto de vista da racionalidade, mas um ser complexo, cheio de desejos.

## 5. Referências Bibliográficas

FERREIRA, Manuel J. do Carmo. **Feuerbach e a ética do futuro**. In: O Homem Integral: Antropologia e Utopia em Ludwig Feuerbach: Actas - Simpósio Feuerbach, org. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Adriana Veríssimo Serrão (coordenadora). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001.

FEUERBACH, Ludwig, **Ética e Felicità**. Tradução do alemão para o italiano: Barbara Bacchi. Milão: Guerini e Associati, 1992.

\_\_\_\_\_, **Ludwig Feuerbach – Filosofia da Sensibilidade – Escritos (1839-1846)**. Tradução e apresentação de Adriana Veríssimo Serrão. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2005.

JAESCHKE, Walter. **Humanidade entre Espiritualismo e Materialismo**. In: O Homem Integral: Antropologia e Utopia em Ludwig Feuerbach: Actas - Simpósio Feuerbach, org. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Adriana Veríssimo Serrão (coordenadora). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001.

LOPES, Rafael Werner. **Antropologia e Moral em L. Feuerbach: Sobre felicidade e liberdade**. Série Filosofia & Interdisciplinaridade. Porto Alegre: Editora FI, 2014.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social: Princípios do direito político**. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2011. – (EDIPRO de bolso).

SERRÃO, Adriana Veríssimo. **A Humanidade da Razão - Ludwig Feuerbach e o Projeto de uma Antropologia Integral**. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

\_\_\_\_\_. **Feuerbach e a apoteose da vida**. In: Homem e natureza em Ludwig Feuerbach, org. Eduardo F. Chagas, Deyve Redyson e Márcio Gimenes de Paula. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

TOMASONI, Francesco. **A Ludwig Feuerbach e a fratura no pensamento contemporâneo**. São Paulo. Edições Loyola, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ludwig Feuerbach: Biografia intellettuale**. Testi e Studi – Filosofia 26. Brescia. Editrice Morcelliana, 2011.